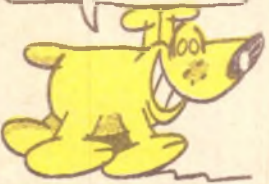


SATÉLITE GOES INFORMA: SECA NO NORDESTE, TEMPESTADE NOS EUA E CHOVE-NÃO-MOLHA EM BRASÍLIA!



BRASIL AGORA

EXTRA, EXTRA! BORIS YELTSIN TEME AÇÃO DOS COMUNISTAS NA RUSSIA!



ANO II Nº 35

22 DE MARÇO A 4 ABRIL DE 1993

CR\$ 28.000,00

Lula
p8. 7-8

ROBERTO JAYME/FOLHA IMAGEM



MAX SANTOS



SUCCESSÃO
Lula versus Maluf no horizonte

PÁGINA 7

MAX SANTOS



SEM TERRA
Uma, duas, três... mil invasões

PÁGINA 11

NILSON



PLEBISCITO
A definição presidencialista do PT

PÁGINAS 8 E 9

MAX SANTOS



CUBA
O que vem depois de Fidel?

PÁGINAS 14 E 15

ITAMAR PAROU PAROU POR QUÊ?

Sobem Fome, Miséria, Inflação. O governo está sem gás.

PÁGINA 4

DIÁLOGO



BRASIL AGORA

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITORES:** JOSÉ AMÉRICO DIAS. **EDITORA DE ARTE:** CACO BISCI. **REDAÇÃO:** ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, HAMILTON CARDOSO, MOUZAR BENEDITO, VALTER POMAR. **SECRETARIA:** ADELA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTONIO SCHLEITER. **COPISTAS E REVISÃO:** CEISO, CELU. **DOAÇÃO:** ELIZABETE D. DA SILVA. **ENTORÇÃO ELETRÔNICA:** SILVANA PANZOLDO E JOTA MARRANHÃO. **PRODUÇÃO GRÁFICA:** FÁBIO CUMBAR. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALIPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAES, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FOM, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CLOVIS CASTRO, BERNARDO KUCINSKI, BRUNO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CELSU, CINTIA CAMPOS, CÍLCIO SCHLEITER, DENISE NYMANN, EDMUNDO DE SOUZA, ERIANA ALVES DE MORAES, ENRI SADER, EUGÊNIO BUCKLI, FERNANDA ESTIVA, FERNANDO: PANA, FIAMARCON MARIU, FLÁVIO SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, FLÁVIO PACHAISKI, GABRIEL URSO, HELO SILVA, HUGO SCOTTE, IVAN SERIAS, ISAAC ARCELILO, JOÃO ANTONIO, JOSÉ ROCHA, JUAN PEZZUTO, JUAREZ GUMARÃES, JUSTINO FERREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUEIRA, MÁRCIO ALBUQUERQUE, MÁRCOS SOARES, MÁRCIA LÚCIA BRANDÃO, MÁRCIO ALBUQUERQUE, MARCONINI, MAREIA MEHANI, MARIZA DIAS COSTA, MICAELA, MILTON FOGG, NELSON RIOS, NEMARCO MIRANDA, NORMA SUELI O. RES, NORA NARCIZO, ODI PATO, PATRÍCIA CORREIA, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZIEBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAMUNDO FERREIRA, ROGÉRIO SCOTTE, RUI FALCÃO, RUTH BUENO DE ARAÚJO, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WILIAM POMAR. **A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.**

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENA DA EDITORA BRAS AGORA LTDA. ALAMEDA GIETE, 1049 - CEP 01215 SÃO PAULO (SP). FONES: 222.6318/222.4326/220.7718. FAX: (011) 222.2865. **ADMINISTRAÇÃO:** M^{te} AUCI DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO:** COORDENAÇÃO: GERARJ: MARIA ODETTE G. DE CARVALHO, JOSÉ LUIS NADAI. **GERENTE DE DESENVOLVIMENTO:** PAULO M. SOUZA. **GERENTE DE MARKETING:** EDER DE ARAÚJO SANTOS. **ASSINATURAS:** ANA MARIA ALVES, GIBRA GENESTRA (DIGRAÇÃO), PAULO E. SOUZA, MÔNICA MENDES MARTINS, ANA CLÁUDIA F. GONÇALVES, REINALDO LAFORDEIA, ELIZABETE BERNARDO, RICO DE JANEIRO, 021-222.4818, JOSÉ VIANA (FORTALEZA 085.252.1992), MOSES BASTO (PORTO ALEGRE 051-221.7733), JOSÉ MARIA R. DE SOUZA FILHO (BELÉM 091-224.8579). **EXEDIÇÃO:** JOÃO A. GUEVARA. **SERVÍCIOS GERAIS:** ELISLANDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCIENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. **IMPRESSÃO:** DCI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAF S/A. **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 18 DE MARÇO DE 1993. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** JOSÉ AMÉRICO DIAS

FALTOU LEMBRAR

Em relação ao artigo sobre o filme da Madonna, que saiu no **Brasil Agora** nº 32, valia a pena ter dito que o *Testemunha de Acusação* é do mestre Hitchcock. O que faz uma grande diferença ainda... E o ator não é Robert Taylor, e sim Tyrone Power, que contracenava com Marlene Dietrich.

MARIA BERENICE DELGADO

São Paulo, SP

N.R.: OBRIGADO POR AMBAS AS RETIFICAÇÕES. QUE ERA DO HITCHCOCK, NÃO LEMBREI NA HORA DE REDIGIR A MATÉRIA. QUANTO À TROCA TAYLOR X TYRONE, FOI LAPSO MESMO, PROVOCADO PELA (VAGA) SEMELHANÇA DE NOMES.

FLÁVIO AGUIAR

MINHAS PALAVRAS

Adorei o artigo do Valter Pomar sobre a ida de Erundina para o governo Itamar, publicado no **Brasil Agora** nº 33. Faço minhas as suas palavras. OPT é o único partido brasileiro que merece este nome. Não podemos jogar fora a nossa história, passando a ser uma sigla a mais.

Quero cumprimentá-los pela boa qualidade do jornal, tanto no aspecto visual como no conteúdo. Torço que passe para semanal.

GILBERTO LIMA

São Caetano do Sul, SP

MAIS MONARQUIA

A boa cobertura deste jornal em seu nº 31, sobre o parlamentarismo e o presidencialismo, me faz vir a público contestar o artigo de Campos Leão, "Monarcas nunca mais". O articulista não levanta nenhum motivo sério contra a monarquia, muito menos argumenta a favor da república. Por que o **Brasil Agora** não trata a forma de governo com mais seriedade?

Que benefício trouxeram os 103 anos de república para o povo brasileiro? Só vimos alternâncias de presidentes, autoritarismo, ditadura e corrupção.

A proclamação da República foi uma quartelada injusta contra D. Pedro II, que era um monarca justo, amado pelo povo e austero. Que havia falhas no Império todos sabem disto. Mas creio que se comparadas às falhas dos dois regimes, o saldo positivo pende mais para a república.

LUÍS DE ARAÚJO

Rio de Janeiro, RJ



MENTIRA X VERDADE

Goebels, ministro da Informação de Hitler, dizia que "uma mentira repetida várias vezes vira verdade". Isto virou máxima não só de muitos governos, como também da imprensa burguesa a serviço destes governos e de grupos financeiros.

Se a guerra fria terminou no hemisfério norte, no sul ainda não. Cuba é um grande nó na garganta e desafia os estrategistas que há 34 anos vêm pronunciando a derrubada de Fidel e o fracasso do socialismo, a menos de 100 milhas de Miami.

É verdade que Cuba é um país pobre. A sua vocação natural seria apenas para o turismo, açúcar e tabaco. Mas é verdade também que lá se construiu um sistema econômico que garantiu igualdade nas condições de vida. Tanto na alimentação, como na saúde, educação e emprego.

Apesar de todas as dificuldades, da escassez dos recursos naturais, do boicote comercial imposto pelos EUA há 34 anos, e agora o boicote da ex-URSS e países do Leste, Cuba sobrevive com dignidade.

Os que sonham com Cuba capitalista já podem olhar para Haiti, país que tem a mesma base sócio-econômica e origem cultural colonial. É uma ilha. Tem as mesmas limitações. Seu maior produto de exportação é sangue humano, exportado aos Estados Unidos. E o que o capitalismo resolveu no Haiti?

Se compararmos o Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial, de 1992, é fácil perceber as vantagens do sistema econômico socialista de Cuba em relação ao "maravilhoso" sistema capitalista do

Haiti. Só para citar dois exemplos: em Cuba a média de vida é de 76 anos; no Haiti, 54. Cuba foi declarada oficialmente pela UNICEF como país livre do analfabetismo. No Haiti 47% da população são analfabetos.

Afinal, o que querem nossos burgueses e pequeno-burgueses de esquerda iluminados? Os EUA invadiram, nos últimos dez anos, Granada, Panamá, Honduras, Haiti e Porto Rico. Em qual destes países os problemas sociais foram resolvidos?

LUCAS DE OLIVEIRA

São Paulo, SP

PLEBISCITO: TEM AÍ A OPÇÃO DITADURA DO PROLETARIADO?



SEMINÁRIO PT 13 ANOS DESAFIOS DE CONSTRUÇÃO

22, 24, E 31 DE MARÇO - AUDITÓRIO 333 - PRÉDIO NOVO - PUC / SP - PERDIZES - RUA MINISTRO GODOY, 984 - INSCRIÇÕES: CDM / SP - RUA PEDRO TAQUES, 68/70 - CONSOLAÇÃO FONE 259.84211

ALOÍZIO MERCADANTE ★
CÉSAR BENJAMIN ★
HAMILTON PEREIRA ★
JOSÉ CORRÊA ★
JOSÉ DIRCEU ★
JOSÉ GENOÍNO ★
JORGE BITTAR ★
LUÍS DULCI ★
LUÍS EDUARDO GREENHALG ★
MARCO AURÉLIO GARCIA ★
MARCOS SOKOL ★
RAUL PONT ★
RUI FALCÃO ★
TEMA DE SOUZA ★

CONSELHO DELIBERATIVO
MUNICIPAL PT/SP
SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA

Plano de emergência para além da luta interna

No final do processo do impeachment, quando ainda estávamos totalmente envolvidos com a apuração das denúncias e com a mobilização da sociedade, a Executiva Nacional do PT resolveu elaborar, em caráter de urgência, um programa econômico mínimo que apresentasse as propostas do partido para o enfrentamento da grave crise herdada do governo Collor.

Esta proposta foi criticada por setores do partido, em algumas ocasiões, de forma inaceitável. A crítica é fundamental na vida partidária e democrática, mas não podemos compactuar com a omissão de elementos centrais do processo e da própria proposta.

O documento "Diretrizes para um Programa Econômico de Emergência" expressava alguns objetivos centrais definidos pela Executiva Nacional. Em primeiro lugar, propunha-se romper com a lógica aparelhista e fisiológica que marcava a relação dos partidos de oposição com o novo governo de Itamar Franco. O PT não iria para o governo, não queria cargos, mas queria debater programas e propostas para as políticas de governo, politizando as discussões.

Em segundo lugar, queríamos concentrar a intervenção do partido na luta para deslocar o eixo da política econômica recessiva e neoliberal, que vinha sendo implementada pelo ministro Márcio Marques Moreira com graves e dramáticas consequências para os trabalhadores e para o futuro do país. Finalmente, entendíamos que interessava a toda a sociedade e à luta dos trabalhadores que o país alcançasse o ano de 1994 em condições melhores do que as vigentes no início de 1993.

O novo governo não se comprometia com grandes transformações - dadas as suas origens e composição política, no mínimo ambíguas -, mas poderia criar as condições básicas para as grandes reformas que pretendemos impulsionar a partir da campanha de 1994, com a vitória de um governo popular e democrático.

É evidente que tínhamos urgência. O debate já estava posto e o partido era cobrado cotidianamente. Realizamos diversas consultas, mas um grupo básico de economistas concentrou o trabalho em algumas poucas semanas.

O documento final foi aprovado, com emendas, por unanimidade, na reunião do Diretório Nacional em Belo Horizonte. Apenas três abstenções foram registradas. No entanto, apesar do amplo consenso em torno do Programa de Emergência, as divergências internas sobre a relação do partido com o governo Itamar eram expressivas. A decisão final da Direção Nacional foi a de não entregar a proposta para o governo, mas encaminhá-la apenas aos partidos de "oposição", na tentativa de unificar uma atitude. Esta unificação evidentemente não ocorreu, na medida em que praticamente todos os partidos aliados de esquerda e centro-esquerda acabaram assumindo a condição de partidos de governo sem uma prévia discussão de programa ou prioridades.

INFLAÇÃO. O chamado Plano de Emergência tem algumas definições centrais. A primeira delas é quanto à política de combate à inflação, que permanece como uma das questões econômicas mais dramáticas do país depois de oito planos de estabilização, cinco congelamentos, quatro trocas de moedas e 54 formas de controle de preços.

Uma inflação no patamar de 27% ao mês, numa economia desprovida de política salarial e com quase a metade de seus trabalhadores submetidos à chamada economia informal, não é uma mera questão macroeconômica como quer fazer crer o companheiro César Benjamin (*Brasil Agora* n° 30).

A inflação tem sido um instrumento brutal de expropriação de renda da classe trabalhadora e dos assalariados em geral. A especulação, as taxas de juros elevadas e a remarcação desenfreada dos preços favorecem grandes e poderosos grupos econômicos.

Combater a inflação e retomar o crescimento não são incompatíveis com o combate à pobreza e ou com as reformas sociais. Ao contrário, estas são as condições fundamentais para que se possa garantir emprego e salários reais para a grande massa da população.

A proposta do PT aponta para o Controle Social da Inflação e representa uma terceira via para o combate à inflação. Rejeita a política econômica ortodoxa e recessiva que, além do brutal custo econômico e social que impõe ao país, já demonstrou ser incapaz de resolver o problema inflacionário. Também recusamos os chamados "choques heterodoxos", igualmente desgastados e fracassados na experiência recente.

O PT aponta o caminho de uma Política de Rendas Negociada. A inflação brasileira tem muitas fontes de alimentação, mas resume-se, em suas consequências finais, a uma disputa de classe pela repartição do produto social. Nossa proposta pretende difundir a experiência das Câmaras Setoriais de Preços, a exemplo do que já aconteceu no setor da indústria automobilística.

As câmaras setoriais, adicionalmente, podem criar as bases para a adoção do contrato coletivo de trabalho no Brasil. Queremos criar espaços públicos, não necessariamente estatais, que contribuam para reorientar a estrutura produtiva em direção aos bens de consumo das massas, que devem amparar um programa efetivo de distribuição de renda. Nesta proposta de estabilização o governo teria que assegurar os preços-chaves da economia, como a taxa de juros, o câmbio e as tarifas públicas - de acordo com o que está detalhadamente descrito no documento -, além de definir instrumentos severos de punição aos oligopólios que

não se enquadram nas metas negociadas. As câmaras setoriais, contudo, são um instrumento necessário mas não suficiente para a estabilidade com crescimento econômico.

É incrível que uma das críticas feitas à proposta do PT seja a de que não há clareza de prioridade: defendemos a estabilização da economia ou o seu crescimento? O que pretendemos é exatamente construir uma política de estabilização negociada, compatível com a manutenção de um patamar de crescimento.

CORTE DE GASTOS? A Folha de S. Paulo apresentou em manchete a afirmação de que o PT defendia o corte dos gastos públicos. Como muita gente está fazendo luta interna

Alcançar melhores condições em 1994 interessa à luta dos trabalhadores e a toda sociedade

com manchete de jornais, este foi o ponto central das críticas: "O PT descaracterizou seu programa ao defender corte nos gastos sociais" (Odilon Guedes e Sérgio Amadeu, no *Brasil Agora* n° 32). O Plano de Emergência propõe a ampliação dos gastos sociais ao longo de todo o texto, como por exemplo na página 6: "Também é crucial promover uma verdadeira reforma administrativa e ampliar a ação social do Estado, para acelerar o combate à miséria e à concentração de renda".

Nesta direção são propostas medidas de desapropriação e assentamento das famílias de agricultores sem-terra em áreas de conflito; a definição de medidas de estímulo à produção agrícola de alimentos básicos (Progra-

ma de Segurança Alimentar); programas de combate à seca e criação de frentes de trabalho; a retomada imediata das obras em 100 mil unidades habitacionais paralisadas e a definição de um novo padrão de financiamento habitacional; a garantia do orçamento da seguridade social e recursos para ampliação do SUS na área da Saúde e a prioridade de gastos na área de educação, ciência e tecnologia.

Tivemos a preocupação de demonstrar que a implantação dos gastos depende do enfrentamento do problema da dívida pública, que hoje representa 67% do orçamento da União (incluindo a sua rolagem), onde somente os juros já são equivalentes à folha de pagamentos do funcionalismo público. O Estado não pode continuar rolando US\$ 21 bilhões a cada 28 dias no mercado com uma taxa de juros de 30% reais ao ano. O alongamento da dívida interna e a reforma fiscal são decisivos para equacionar a crise financeira do Estado e estabilizar a economia, liberando recursos para investimentos e gastos sociais.

Na mesma direção aprovamos uma emenda do deputado federal Wladimir Palmeira na qual constata-se que: "... o Estado brasileiro é perdulário e ineficiente. No entanto, qualquer redução de recursos, sobretudo na área social, é tratada como se fosse redução de serviços. Impõe-se a ruptura desta mentalidade. É perfeitamente impossível, e pode-se constatar através de auditoria, cortar despesas com a manutenção do volume e melhoria da qualidade dos serviços. Nenhum setor deve a priori escapar de uma política de cortes sem que sejam feitos, evidentemente, de forma linear. Defendemos também a redução do limite máximo, fixado na Constituição, para o peso relativo da folha de pagamentos no Orçamento da União".

É inacreditável que esta afirmação possa "descaracterizar o programa do PT", como querem alguns, inclusive os companheiros Odilon e Sérgio Amadeu. Como podemos silenciar em relação às lojas do Pedro; à LBA de Canapi; aos escândalos da merenda escolar centralizada na União; ao programa de livros didáticos que apodrecem em depósitos públicos; ao transporte e armazenamento de grãos pelo Estado controlado historicamente por verdadeiras máfias?

Quanto à redução do patamar da folha de pagamentos no orçamento, este é um tema mais polêmico, mas o objetivo é recuperar a capacidade de investimentos do setor público e acabar com a política de empurramento que tem caracterizado a história política do país. É correta a política do governo Fleury, que contratou 114 mil servidores em um quadro de recessão e necessidades emergenciais de gastos sociais? Como enfrentar esta questão que está em cada município e estado da Federação?

Defendemos também em nossa proposta "...o pagamento de salários condignos para o funcionalismo", além da "implantação definitiva do sistema de carreira do serviço público federal e o reforço dos programas de formação e qualificação dos servidores".

Para finalizar, se é verdade que temos que ampliar o gasto social para enfrentar o apartheid social no Brasil, com 64 milhões de brasileiros em estado de pobreza, especialmente quando defendemos a ampliação dos gastos sociais, temos que dizer claramente que isto não basta.

O Plano de Emergência pretende criar as pré-condições para um programa de governo que promova reformas estruturais, patrimoniais e que impulsionem a produção de bens de consumo de massa, amparando um consistente processo de distribuição de renda, riqueza e poder.

As "Diretrizes para um Programa Econômico de Emergência" continuam atuais e são um instrumento importante para intervenção do PT na conjuntura.

Trata-se, por sinal, da única proposta econômica sistematizada e pública de um partido para este período marcado pelo agravamento da crise. Esta iniciativa, combinada com a proposta da campanha de combate à fome lançada por Lula, demonstra consistência e compromisso do PT com as grandes reformas estruturais do país.



A PARALISIA DE ITAMAR

As dificuldades que o governo Itamar vem manifestando para definir um rumo político para o país desde o início de seu mandato são ainda mais dramáticas, hoje. Embora tenha conseguido apagar o fogo mais intenso gerado pela indicação de Eliseu Resende para o Ministério da Fazenda, Itamar sequer promete apresentar um plano econômico para o país a curto prazo. A aproximação do plebiscito de 21 de abril, que aponta para uma vitória do presidencialismo, coloca um obstáculo adicional para seu governo - o perigo de ser atropelado pela precipitação da sucessão presidencial. É o que afirma o professor de ciência política da USP, Francisco Weffort (pág. 4).

Acompanhe também nesta edição, as repercussões da vitória esmagadora do presidencialismo no plebiscito interno do PT, no dia 14 de março, e que desequilibra a disputa na sociedade em favor deste sistema de governo (págs. 8 e 9). Veja ainda nesta edição, artigo sobre os primeiros passos de Maluf na prefeitura de S. Paulo (pág. 7); matéria com o líder Sem Terra, Jaime Amorim (pág. 11); entrevista com o professor da USP, Alfredo Bosi, autor do livro *Dialética da Civilização* (pág. 12 e 13); e a análise de Flávio Aguiar sobre as perspectivas de Cuba após as eleições de fevereiro deste ano (pág. 14 e 15).

O EDITOR

* ALOÍZIO MERCADANTE
é deputado federal PT (SP)

O GRITO DA
SOCIEDADE CIVIL
DOS SERTÕES

Mirandiba (PE) - As nuvens que poderiam trazer a chuva foram embora, como de costume, antes do entardecer, mas mesmo de noite o chão continuava ardendo, quando as pessoas começaram a chegar ao galpão de festas do único clube da cidade. Vinham a pé, de carro (alguns poucos) ou a cavalo, vinham de perto e de longe da roça e mesmo de outras cidades. Aquela noite de sexta-feira, 12 de março de 1993, certamente ficará na memória do povo da caatinga, que se assiste há meses o fim do mundo chegando aos sertões calcinados do Pagueú.

Prefeitos, padres, pastores, sindicalistas, lavradores, muitas mulheres e estudantes, estavam todos lá. Era o que poderia chamar de sociedade civil do sertão. Reunidos em torno de Lula, que fora a Mirandiba para atender a um apelo de Nelson Pereira, primeiro prefeito petista do alto sertão pernambucano, eles resolveram dar seu grito contra a fome que se alastra na pior seca dos últimos vinte anos. Ali mesmo, eles resolveram: iriam todos ao Recife para montar um acampamento em frente à sede da Sudene, de onde só pretendem sair quando o governo federal e os meios de comunicação se convencerem de que a Somália é aqui.

"A gente pode até se acostumar com a seca, que não depende de nós, mas ninguém se acostuma com a fome", disse um dos padres, resumindo o espírito daquela reunião. De fato, se ninguém tem força para fazer chover, todos juntos têm força para acabar com a secular estrutura de poder que mantém essa gente numa miséria africana e os coronéis num luxo de Casa da Dinda. Não por acaso, certamente, o momento mais dramático destes 20 meses sem chuva, com a comida acabando, coincide com a divulgação dos horrores e das depravações do Collor e seus jagunços, os imperadores da caatinga que um dia chegaram ao Palácio do Planalto.

O que aconteceu no Brasil nestes últimos três anos é a versão nacional de uma realidade secular dos sertões, onde o poder se constrói e se mantém com o revólver numa mão e o dinheiro noutra. A riqueza de uns poucos se constrói e se mantém sobre a miséria da maioria, que entrega seu voto por medo ou em troca de um prato de comida. Água tem, é só cavar poços ou construir barragens e açúdes. Dinheiro para isso o governo também tem. O que falta é vontade política de mudar este quadro trágico e isso só se consegue com o povo organizado, consciente dos seus direitos e representado por gente decente.

O primeiro passo foi dado. Cruzza Nascimento, do PSB, que ajudou Nelson Pereira a organizar o histórico encontro de Mirandiba, aproveitou a presença de Lula na região para lançar o Movimento do Povo da Caatinga. Só assim, levantando a voz e unindo em torno das novas lideranças que começam a ocupar o lugar dos coronéis, será possível mudar a paisagem física e humana, evitando que o povo em desespero abandone as cidades do sertão. Não é preciso muito, basta brigar. Nós vimos na saída de Mirandiba um bom exemplo disso.

Numa área de apenas 1,5 hectare, um sitiante conseguiu fazer seu poço e hoje colhe frutas de excelente qualidade no seu pomar irrigado, quando a três quilômetros dali sertanejos padecem de fome e de sede, sem forças sequer para andar atrás de água.

Digerindo o sapo Eliseu

Empresários satisfeitos, políticos nem tanto, governo empacado e militares ouriçados.

A borrasca provocada pela substituição do ministro da Fazenda não passou de uma chuva de verão, muito barulhenta mas também muito rápida. Entre mortos e feridos, contou-se apenas a baixa do próprio Paulo Haddad. Ao contrário do que se esperava, o novo ministro Eliseu Resende foi rapidamente absorvido e absolvido pelo Congresso Nacional, a despeito de seu prontuário de falcaturas da época da ditadura militar. Na segunda-feira, dia 15, os índices positivos das Bolsas de Valores davam sinais de que o mercado - ou seja, aqueles que continuam a lucrar com as altas taxas de inflação e juros garantidas pela política do feijão com arroz em vigor desde a gestão Marcílio Marques Moreira - voltava a ter confiança na equipe econômica do governo.

A tranquilidade do mercado foi conseguida porque o Palácio do Planalto fez um recuo tático, depois de perceber a confusão em que se metera com a queda de Haddad. O presidente Itamar retirou-se do palco, prometendo não mais fazer declarações sobre a política econômica e nomeando Eliseu Resende seu "portavoz" na matéria. O próprio Resende, na sabatina a que compareceu dia 9 de março no Senado Federal, divulgou uma lista de 15 metas absolutamente genérica, como a dizer que nada mudaria no cenário.

Muito cuidadoso com as palavras nos últimos dias, o ministro desistiu até mesmo de apresentar um novo "plano econômico". Prometeu para meados de abril o que chamou de "programa de ação e metas do governo Itamar Franco", do qual faria parte a extinção do Fundão, numa tentativa muito tímida de alongar o perfil da dívida pública, uma bola de neve tão grande quanto a externa, mas onerada por juros muito mais altos e prazos muito mais exíguos.

SEM RUMO. O mais impressionante em toda essa história, entretanto, e sinal de que Itamar Franco está completamente sem rumo, foi um episódio ocorrido poucas horas antes



lidade, o mesmo não ocorreu no cenário político. O presidente Itamar Franco se desgastou ainda mais por conta das pressões exercidas tanto por Antonio Carlos Magalhães quanto pelo PSDB, no sentido de diminuir o poder do chamado "grupo palaciano", integrado pelos ministros Maurício Corrêa, da Justiça, Henrique Hargreaves, da Casa Civil, Mauro Durante, da Secretaria Geral, e José de Castro, advogado geral da União. Sentindo o peso das pressões, Itamar mandou espalhar a notícia de que o articulador político de seu governo é ele próprio e não Henrique Hargreaves.

QUARTÉIS OURIÇADOS. Outro sinal preocupante veio da área militar. De um lado, reivindicações salariais comandadas pelo Clube Militar. Numa reunião realizada por 500 sócios no dia 11 de março, houve até insultos a Itamar. De outro lado, as declarações do ministro do Exército, Zenildo Lucena, para quem a situação de miséria que o país atravessa é uma ameaça à democracia.

Será que as Forças Armadas estão dispostas a, novamente, enfiar o bedelho onde não são chamadas? Talvez. O certo, por enquanto, é que a miséria vai continuar, a julgar pela política econômica, a mesma em vigor há vários anos, adotada pelo governo Itamar. Uma política que literalmente garante tranquilidade ao mercado, aos bancos credores do Brasil e ao FMI. O ministro Eliseu anunciou no dia 16 que o governo deve fechar um novo programa econômico com o FMI ainda no primeiro semestre, depois das conversações que manteve com a missão do Fundo que está no Brasil.

Um dia antes, anunciou-se em Washington que mais de 700 bancos credores, responsáveis por quase US\$ 44 bilhões da dívida externa, aceitaram a renegociação do montante. Isto significa que o Brasil deverá antecipar, até o próximo dia 29, o pagamento de US\$ 170 milhões, referentes aos juros atrasados de 1992.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ
de Brasília

Um governo interino

Só se pode esperar deste governo que não governa que tenha forças para ir até o fim

É inútil buscar mudanças de rumo em um governo ao qual falta o essencial, projeto e sustentação política. Eliseu Resende não mudará nada de substancial da política de Paulo Haddad, assim como este não mudou nada de substancial daquilo que nos deixou Marcílio.

A herança que deixa Haddad é a mesma que recebeu: juros altos, inflação altíssima, recessão comendo solta, investimentos caindo, desemprego aumentando etc. É a mesma herança que forçosamente deixará Eliseu. Se Marcílio conseguiu evitar a hiperinflação, Haddad só foi capaz de evitar a impressão de que haveria um choque. Ou seja, a música já está feita para Eliseu dançar até o fim do governo Itamar (se Eliseu chegar até lá).

O governo não governa. Eis a triste verdade. À parte a simbologia dos gestos simples de interiorano e a retórica em prol dos milhões de miseráveis do nosso empobrecido país, Itamar não tem feito nada na área econômica. Qualquer que seja o seu ponto de vista sobre os nossos problemas, não tem programa nem sustentação política para enfrentá-los. Nisso não vai nenhuma crítica pessoal. Antes dele, Collor, como ele um interiorano embora com retórica de primeiro mundo, também não tinha sustentação política. Aliás, foi Sarney quem abriu o desfile dos governos que não governam, que falam retoricamente da modernização e da miséria (lembram-se da TV gritando "tudo pelo social?") mas que não conseguem nem levar o país ao desenvolvimento nem diminuir as dores dos pobres.



DESCENDO A RAMP. Depois do plebiscito de 21 de abril, o governo Itamar entra em sua fase de despedidas. Itamar que, desde agora, anuncia sua desistência da idéia de um plano para a economia, que terá a dizer quando começar a sentir o vazio à sua volta? Vencendo o presidencialismo, como parece provável, os partidos se lançarão a campo para as eleições de 1994, certamente uma das mais importantes de todo este período histórico. Será o começo do fim para o simulacro de sustentação política que se criou junto ao governo, nas circunstâncias excepcionais do fim do governo Collor.

A verdade é que, além da crise econômica, temos no país uma crise de governabilidade. E Itamar não conseguiu ajudar a resolver nenhuma das duas. Como é provável que o parlamentarismo venha a ser derrotado como forma de governo, não é difícil prever que comecem a esfriar os ânimos de reforma política, pelo menos pelos lados do Palácio do Planalto. Começando a perder apoio na área dos partidos, sem o apoio nos segmentos organizados da sociedade, em especial do empresariado, sem a confiança dos setores internacionais, o governo Itamar chegará melancolicamente ao fim como uma espécie de governo-tampão. Não há realmente muito o que esperar. Emergindo dos traumas de um dos períodos mais dolorosos da história brasileira, só se pode pretender do governo atual que tenha ainda forças, e estilo, para entregar as chaves do novo período às forças políticas que conquistarem o poder em 1994.

FRANCISCO C. WEFFORT

Cuspindo no prato em que comeram

Sexo, drogas e corrupção. A lavagem de roupas sujas de Collor chega tarde.

Y si alguna deuda chica sin querer se vió olvidada, en la cuenta del otario que tenés, sela cargá... Mano a mano.

Se em 1989 se soubesse um décimo do que se sabe hoje sobre o passado de Fernando Collor, dificilmente ele teria sido eleito. O Brasil não teria passado dois anos de ruína e ladroagem." Assim a revista **Veja** concluiu, em sua edição de 17 de março, sua matéria sobre a atividade a que se dedicam Pedro Collor e o ex-porta-voz Cláudio Humberto: jogar merda no ventilador. Primeiro, Cláudio Humberto publicou (com o aval de Fernando Collor) um livro contando os podres de seus adversários, incluindo Pedro Collor e sua mulher Tereza. Depois veio o revide de Pedro Collor anunciando o lançamento de outro livro contando mais coisas sobre Fernando Collor e sua turma.

O **Jornal do Brasil** publicou entrevistas de Pedro Collor antecipando trechos de seu livro, que falam de drogas (Collor consumiria cocaína em forma de supositório), orgias sexuais, corrupção, adultérios do presidente e da primeira-dama (no caso dele,

até com a mulher do próprio Cláudio Humberto; no caso de Rosane, o fim foi um aborto, diz Pedro Collor), filho espúrio de Collor, insinuação de relações homossexuais entre Collor e o empresário e deputado Paulo Octávio (PRN-DF) e, para completar, magia negra e bruxaria nos porões da Casa da Dinda.

Mas existe um tanto de falso pudor desses e de outros órgãos da grande imprensa, na pose indignada que eles tentam mostrar. Toda a elite sabia quem era Collor, e a imprensa também. Seria muito fácil para ela contar o "um décimo do que se sabe hoje" sobre o passado de Fernando Collor. O problema era que ela - a própria imprensa - não queria contar o que sabia.

ESTAVA NA CARA. O apelido "Fernandinho do Pó" é velho e manjado, assim como são velhas conhecidas as histórias de espancamentos de mulheres, de um certo gosto por orgias sexuais e - principalmente, no que interessa de fato ao povo - da corrupção do hoje excomungado Collor. Ele era corrupto há muito, a imprensa sabia. Mas contar isso seria dar força ao adversário, Lula.

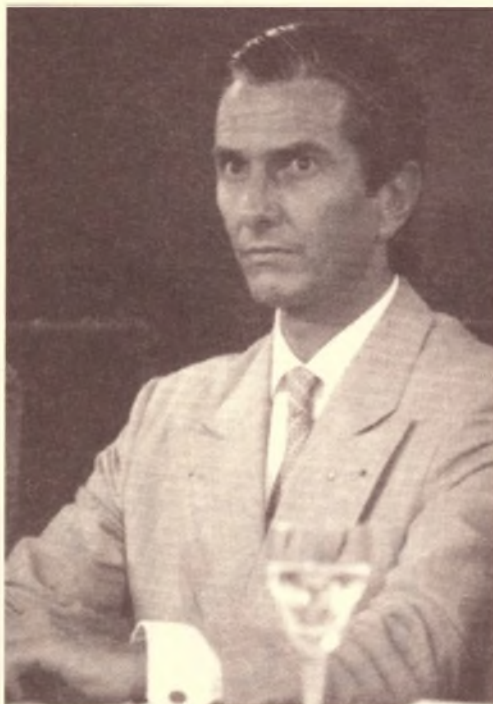
Foi a própria **Veja** quem popularizou o apelido de *caçador de marajás*, de Collor, seu grande trunfo elei-

toral. Mas, no final da campanha eleitoral, quando um jornal alagoano mostrou com fotos que, enquanto fingia caçar marajás, Fernando Collor con-graçava com os principais marajás do estado, nem a **Veja** nem a **Globo** (outra inventora do mito do "caçador") se interessou, nem desmentiu suas versões iniciais. O programa eleitoral mostrou na televisão, mas não houve repercussão na imprensa. Interessava a ela levantar a bola de Collor. Ele era o candidato das elites, da Fiesp que ameaçava fechar fábricas e gerar desemprego se Lula e não Collor ganhasse as eleições.

Houve uma espécie de pacto contra Lula. Uma conspiração das elites, que incluía a imprensa. O próprio presidente Sarney, atacado como corrupto, tinha condições de desmentir um monte de coisas de Collor, mas não o fazia. Deixava Collor usá-lo à vontade. Collor dizia que como governador não recebera um tostão do governo federal e mostrava na campanha casas feitas com dinheiro federal como sendo construídas com recursos estaduais. E Sarney não desmentia.

Collor fazia discurso pelos "descamisados" e contra os usineiros sanguessugas, mas era financiado pelo maior dos usineiros, João Lira, e tinha verdadeiras negociatas com eles. A imprensa não via nada! Os empresários enchiam Collor de dinheiro (segundo Cláudio Humberto, só as sobras de campanha foram 52 milhões de dólares) e tapavam os olhos para suas bandalheiras. O fato de Collor ter entre os convidados de seu primeiro casamento um traficante ligado ao "Cartel de Medellín", Allan Fauru, na época, não interessava à imprensa. Só agora **Veja** se interessou em publicar a informação.

Voltando ao **Jornal do Brasil**, sua ligação com Collor era tanta que basta lembrar que o último porta-voz do governo dele foi Etevaldo Dias, levado da chefia da



Collor: podres conhecidos

MATILDE MAYER/FOHIA IMAGEM

a favor do Lula e eu também, que horror!

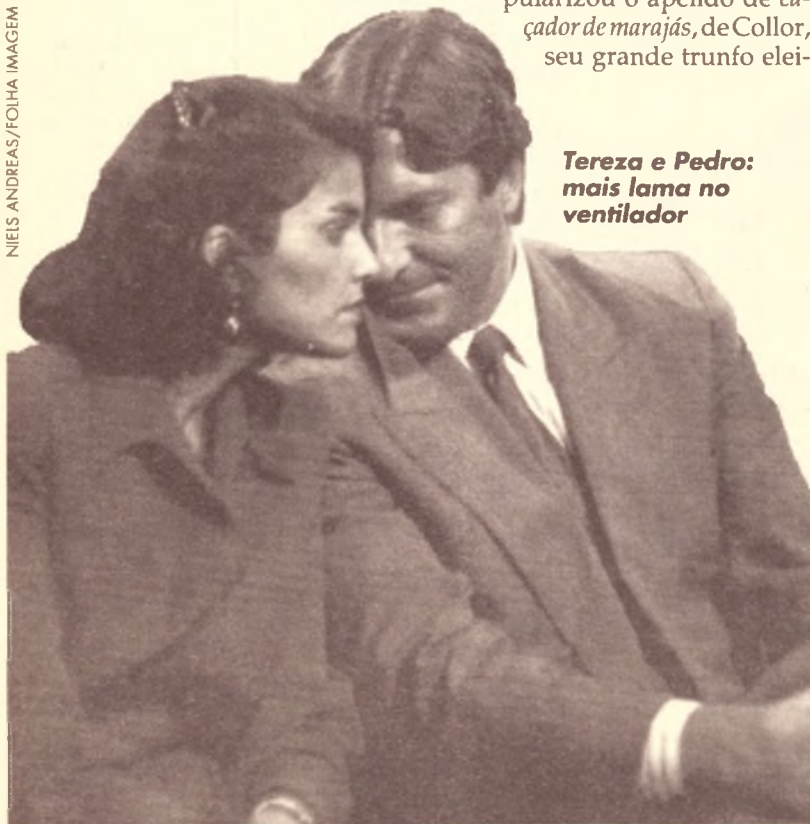
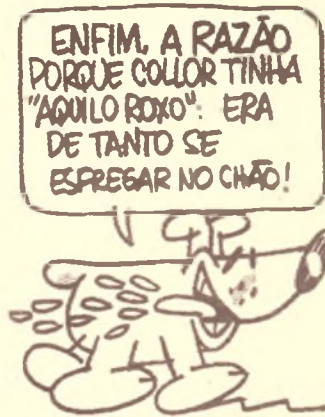
O normal, o "ético", era o que eles faziam: diziam que votariam no Lula e trabalhavam em jornais que deturpavam toda informação sobre o próprio Lula. As matérias que escreviam sim, eram normais porque eram anti-Lula, anti-PT. Imparcialidade é isso aí.

E o povo? De qualquer forma, é muito otimismo achar que o povo, sabendo o que Collor era, votaria contra ele. Muitos sabiam, e votaram nele. Tanto que agora sabem muito bem o que ele é e declaram que votariam nele de novo. Parte dos eleitores é tão bandida quanto o cara que elegeram. Aceitaram as baixarias tipo exposição de Míriam Cordeiro, não acreditavam (ou fingiam não acreditar) nas poucas informações reais sobre Collor que circulavam, aceitavam para todo tipo de baixaria.

Os religiosos fanáticos usaram a desculpa de Lula ter tido uma filha com Míriam Cordeiro, quando ele era viúvo, alegando motivos de sua crença: filhos fora do casamento contrariam os seus princípios. Mas sabiam que Collor era desquitado e, apesar disso também contrariar suas religiões, tapavam os olhos. E até o farisaico Frei Damião lhe dava seu aval. Sabiam até mais: que Collor era suspeito de tráfico de cocaína e corrupto, mas nada disso importava. Quando se resolve ser sem-vergonha tudo é "normal" para seus escolhidos, e tudo é anormal para os adversários.

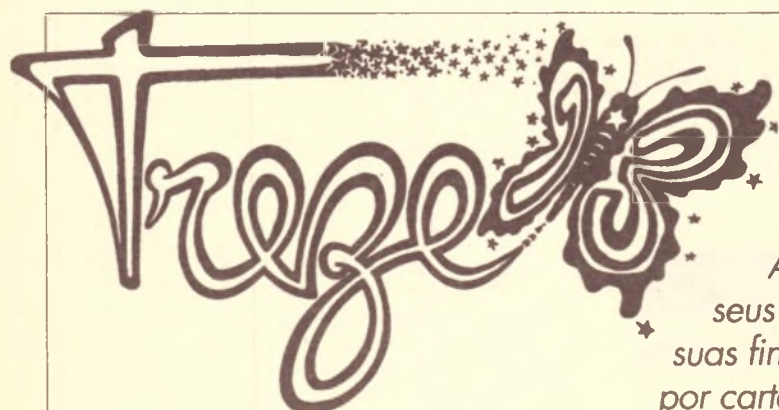
Por tudo isso, querem saber de uma coisa? Se há alguém inocente nessa história, não é a imprensa. Nem certos eleitores.

MOUZAR BENEDITO



Tereza e Pedro: mais lama no ventilador

NIELS ANDREAS/FOHIA IMAGEM



LOJA CDM-PT-SP

Rua Pedro Taques, 70 - Consolação.

Fone: (011) 37-6651 Fax: (011) 258-6937

Condições especiais para Diretórios: **Acima de Cr\$ 1.000.000,00:** 20% à vista ou cheque para 5 dias s/desconto.
Acima de Cr\$ 2.000.000,00: 25% à vista ou cheque para 10 dias s/desconto.
Acima de Cr\$ 3.500.000,00: 30% à vista ou cheque para 10 dias + 10% desconto.

ATENÇÃO DIRETÓRIOS

A **Loja Treze** apresenta mais uma vez seus produtos para que os diretórios façam suas finanças e divulgações. Faça seu pedido por carta enviando cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, ou então telefone para (011) 37-6651 e fale com a Pita. Faça um bom negócio. Ligue já.

OFERTAS ESPECIAIS

Produto	Cr\$/Unidade
Estrala Metal (Peq. Solda)	15.000,00
Estrala Metal (Peq. Cola)	10.000,00
Estrala Metal (Méd. Solda)	17.000,00
Estrala Metal (Gde. Solda)	20.000,00
Estrala Metal pingente	15.000,00
Broche Fundação PT e CUT	25.000,00
Broche Lula (4 modelos)	20.000,00
Broche Bandeiras do Brasil e do PT	22.000,00
Chav. Lula, PT, OPTEI, CUT	30.000,00
Lapela alfinete redondo peq.	10.000,00
Lapela alfinete red. dourado med.	15.000,00
Lapela alfinete retangular peq.	12.000,00
Caneta PT Branca e Vermelha	15.000,00
Adesivo Lula Brasil/Feliz 94	8.000,00
Adesivo Brilhando Cada Vez Mais	8.000,00
Adesivo Estrela	6.000,00
Bonê PT e CUT	100.000,00

Quem você levaria para esta ilha?



*Cheia de sol, com um mar que só o Caribe tem,
deliciosas bebidas como o mojitos e o daiquiri
que encantaram o escritor Ernest Hemingway,
— uma música sensual e convidativa... Tudo isto é Cuba.
Pra completar, hospedagem em hotéis de primeira categoria.*

*Não é sonho nem utopia
e custa muito menos do que você pensa.*

Programa Especial "Las Yagrumas"

Tudo incluído por apenas US\$ 999,00 por pessoa,
em apartamento duplo.
Saídas todas as sextas-feiras.

 **cubanacan S.A.**



PAÍS CORRIDA PRESIDENCIAL

O velho Maluf de novo

Transformado em produto de marketing, ele ganhou

fachada nova e é a opção da direita.

Ele foi à periferia, criou a nova imagem de democrático e negociador, preocupado com as questões sociais, e foi eleito prefeito de São Paulo, a maior cidade e o terceiro orçamento do país. Mas seu projeto político enfrenta dificuldades. Os problemas para governar uma cidade como São Paulo já começaram. E até nas pesquisas de opinião para sucessão presidencial Maluf parece perder o terreno que havia ganhado com sua vitória em São Paulo. A última aferição realizada pelo instituto Vox Populi (13 a 18/2) continua registrando sua "polarização" com Lula, mas a vantagem do petista voltou a crescer: 21% contra apenas 13% de Maluf.

AS PRIMEIRAS. Dias 11 e 12 de março a imprensa registrou confrontos com os vereadores, a Justiça, trabalhadores municipais e a população. Apareceram problemas em seu sistema de sustentação, na cidade de São Paulo, que segundo a vereadora Aldaísa Sposati, do PT, "é a vitrina do seu projeto político: chegar ao Palácio do Planalto".

O administrador regional do Ipiranga, zona sul, proibiu a exibição, nas bancas, de revistas com pessoas nuas e mandou recolher as publicações. Juca Kfourri, um dos intelectuais "progressistas" que o apoiavam, protestou e lembrou do regime militar. Ele é editor da *Playboy*.

Um dia antes, 11 de março, os vereadores paulistanos rejeitaram por unanimidade o nome de David Raw, do IBF - Instituto Brasileiro de Formulários, ligado ao esquema PC Farias, indicado para ser vice-presidente da Emurb - Empresa Municipal de Urbanização.

No mesmo dia funcionários das estatais municipais, contrários à privatização destas empresas, foram à Câmara em protesto contra demissões; os professores fizeram passeata e foram à sede da prefeitura protestar contra o arrocho; moradores da zona sul - de classe média - entraram na Justiça questionando a ampliação da avenida Faria Lima, e o juiz da 7ª Vara da Fazenda determinou que ele não alugasse outro imóvel, retomasse as obras de restauração do Palácio das Indústrias - inclusive de reurbanização do Parque D. Pedro - e não mudasse a sede da prefeitura - um dos eixos da sua política contra o PT.

Na verdade o último produto de marketing político-eleitoral, o Maluf Novo do baiano Duda Mendonça, pode não ter o mesmo destino vitorioso da Axé Music. "O governo Maluf tem pés de barro. Em seis meses ele não terá mais nada", disse o deputado federal José Dirceu, do PT.

Consultado pelo jornal *Brasil Agora*, o secretário de Planejamento e presidente municipal do PDS, Marcos Cintra, calou-se. Ao contrário, o líder do PMDB na Câmara Municipal, Avanir Duran Galhardo, contra-atacou: "Até a eleição ele era oposição, agora é situação e depende das obras e realizações para projetar a administração e a si mesmo".

MALUF NOVO. A arquiteta Raquel Rolnik, da assessoria coletiva da bancada do PT na Câmara, lembra como foi criado: depois de várias derrotas eleitorais, sustentado na idéia de competência administrativa e política - eficiência - e aliado ao PL, PTB e PFL na coligação Boa Sorte São Paulo, mostrou-se popular



PDC, à espera da fusão com o PDS para a criação do Partido Liberal Progressista, o PLP. Íntimo do ex-presidente Tancredo Neves, Dornelles cantou a bola: "Embora ele resista, só Maluf será capaz de enfrentar Lula em 94".

PROJETO DUAL. O peemedebista Avanir Galhardo, no entanto, é ácido com o prefeito: "Ele gasta mais tempo em Brasília que na cidade e depende de políticos sérios como os do nosso partido para garantir a maioria". Segundo ele a coligação e até mesmo a bancada do PDS estão fracionadas. Segundo um jornalista que cobre a Câmara Municipal de São Paulo, o projeto malufista é dual. Uma é a face criada por Duda, o Maluf Novo, moderno, negociador e para consumo dos liberais, progressistas e intelectuais. A outra é do tocador de obras, tradicional, gerida por seu fiel escudeiro, Calim Eid, e executada por Reynaldo de Barros. Segundo o primeiro vice-presidente da Câmara, Ítalo Cardoso, do PT, "esta é a sua face real".

Quem explica é a arquiteta Raquel Rolnik: "O Maluf parte do raciocínio, que integra certa cultura

através do programa *Bairro a Bairro*. Ganhou a sua primeira eleição direta.

Como resultado conquistou o apoio de quatro vereadores do PMDB, um deputado do PSDB - Getúlio Hanashiro, atual secretário dos Transportes - e de vários intelectuais "progressistas", como Rodolfo Konder, que recebeu a Secretaria da Cultura. Logo depois, na capital federal, ganhou 14 parlamentares do PRN, alguns do PL e PFL, inclusive o deputado Francisco Dornelles, que se uniu aos 17 do

O nome de Lula é certeza entre petistas

Ele ainda não fala como candidato, mas já faz seu programa de governo.



Os prognósticos eleitorais dão Lula e Maluf polarizando as eleições 94, mas o líder petista diz que dedicará 1993 a denúncia e combate da fome. Ele entregou um projeto sugerindo soluções para o problema ao presidente Itamar Franco, que nomeou Herbert de Souza, o Betinho, para geri-lo e, dias 14 e 15 de março, reuniu mais de 50 pessoas da sociedade civil para discuti-lo, na sede do governo paralelo do PT.

Lula já está nas ruas e, dias 12, 13 e 14 de março, foi ao Polígono das Secas, no Nordeste, onde conversou com lideranças populares locais e prefeitos, para conhecer a situação e saber como enfren-

tam a fome. Reuniu-se com Jarbas Vasconcelos, prefeito do Recife.

Em abril, 23, na Caminhada da Esperança, Lula reeditará o primeiro percurso de longa distância da sua vida, aos 7 anos, quando sua família migrou para o sul (ver pag. 16). Sai de Garanhuns (PE) e passa por quatro estados de origem de migrantes para conhecer, além de várias formas de exploração econômica, os diferentes quadros da miséria nacional e como elas são enfrentadas. Vai até Caxias (RJ) e Vicente de Carvalho, litoral paulista, pontos finais de migração. Em Feira de Santana (BA) fará um 1º de Maio nordestino.

Lula ainda planeja, para o segundo semestre, mais três caravanas ao Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Vai do Amazonas ao Pará, seguirá a margem do Rio São Francisco e irá do Rio Grande do Sul a Mato Grosso.

LULA 94. A candidatura Lula já é

trabalhada pelo PT. De fevereiro a dezembro, mais de mil intelectuais, simpatizantes, militantes e especialistas, divididos em inúmeros subgrupos de trabalho, sob coordenação de Marco Aurélio Garcia, da direção nacional, realizarão seminários e vão elaborar o PEA-Programa Estratégico Alternativo, que prevê medidas de longo prazo. Daí sairá o PG-Programa de Governo, que tratará das ações durante a gestão e será utilizado a partir de março também para negociar as coligações. Aliás, este é um tema "quente" no PT, que deve mobilizar o VIII Encontro Nacional.

Consta ainda das articulações petistas vários encontros de Lula com empresários. Após avistar-se com ruralistas, em Goiás, Lula se reuniu com dirigentes das principais empresas brasileiras em São Paulo, no começo de março. "De uma só vez, conversou com mais da metade do PIB nacional. O encontro foi quente", diz Garcia, que revelou:

internacional, de que só quem faz obra ganha eleição. Dá a impressão de crescimento da cidade". E diz: "Ele vai tirar recursos da área social para obras. Está desativando atividades voltadas para a população e desmontando as conquistas sociais para economizar dinheiro, que irá para a Secretaria de Vias Públicas. Está reservando 40%, mais que os 38% do Jânio, para obras faraônicas, que lhe darão visibilidade nacional".

Além disso, a crescenta o líder petista, Devanir Ribeiro, "as empreiteiras e empresas de transporte coletivo são essenciais para este tipo de campanha eleitoral".

CORTES. Aliás, ele já deu passos nesta direção. Congelou 30% do orçamento da Saúde, reduziu a qualidade da merenda escolar e do atendimento hospitalar. Acabou com o Movimento de Alfabetização de Adultos - MOVA, restringiu a seleta coletiva de lixo. Paralisou os mutirões para construção de casas populares e tende a não reconhecer os Conselhos Tutelares. Enfim tocou numa questão central para a vida cotidiana da população: extinguiu o passe fácil e a municipalização dos transportes, além de diminuir o número de ônibus em circulação.

As reações dos movimentos populares já começaram. No Campo Limpo, zona sul, foi criado o jornal *Berra Bairro*, denunciando as insuficiências do Bairro a Bairro. "E elas vão aumentar. É o que estou sentindo nas reuniões que faço com os movimentos populares," diz o vereador Arselino Tato, do PT.

HAMILTON CARDOSO

entre convites anônimos ou não, o líder petista foi chamado para uma reunião com mais de 400 empresários do interior paulista, o que descartou: "Preferimos grupos pequenos, porque dá para conversar", explicou, comemorando: "Desta vez ninguém ameaçará com uma evasão nacional de empresários, caso ganharmos. O preconceito está diminuindo", diz.

H.C



Demonstração de força

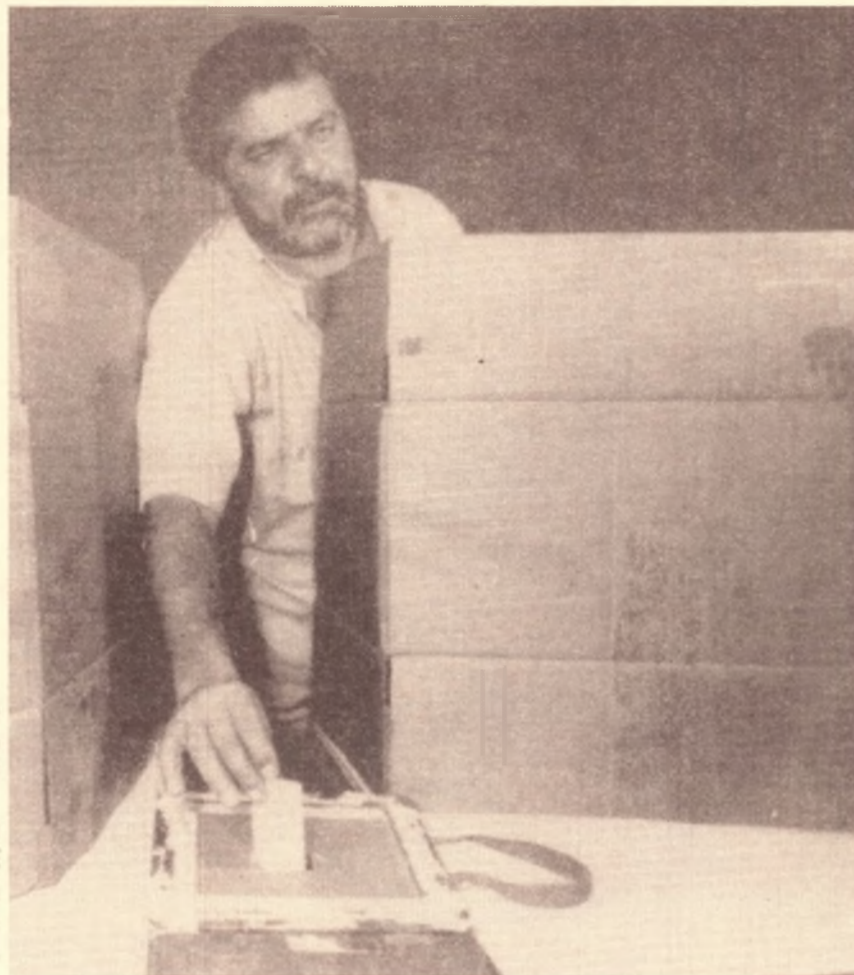
O presidencialismo vence o plebiscito petista, sinalizando o 21 de abril e dando a largada para a disputa presidencial

Alguém precisa lembrar ao senador José Richa (PSDB-PR), presidente da Frente Ulysses Guimarães, que um dos maiores atrativos do parlamentarismo está no fortalecimento dos partidos, em detrimento das personalidades carismáticas. E não há partidos fortes sem democracia, que não significa apenas liberdade de discussão e participação nas decisões, mas também respeito à vontade da maioria.

Por isto mesmo o senador tucano dá um péssimo exemplo ao pretender que os parlamentaristas petistas permaneçam na campanha, a despeito de terem sido derrotados no plebiscito interno do PT (ver quadro nesta página).

Quem decidiu permanecer como tesoureiro da Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães é o deputado federal João Paulo Pires (PT-MG), que se considera "parlamentarista por princípio": "Acho que a decisão da direção nacional foi de extrema incompetência. Cabia à direção unificar o partido e não dividi-lo. Este plebiscito interno é descabido, inoportuno. É uma violência ao meu direito de optar. E é inócuo, porque o voto é secreto, vou votar em quem quiser".

Posição completamente diferente é a do deputado federal Aloísio Mercadante (PT-SP), que faz questão de destacar o caráter democrático da decisão, precedida por um debate onde as partes tiveram acesso até à televisão. Outro que reconhece como democrático e legítimo o resultado do plebiscito é o deputado federal José Genoíno (PT-SP), que se declarou surpreso com o quórum e com a vantagem obtida pelo presidencialismo.



Lula vota no plebiscito, reconhece a derrota e vai à luta.

Genoíno oficializou no dia 16 de março sua saída da Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães: acatará a decisão do PT e não fará campanha por nenhum dos sistemas. O mesmo vale para o deputado federal Paulo Delgado (PT-MG). Lula, por sua vez, já está se integrando à campanha presidencialista.

LULA-LÁ. Tudo indica que o resultado de 14 de março define o que virá em 21 de abril: as pesquisas já registram a dianteira presidencialista (52% contra 26%, segundo o Datafolha) da primeira semana de março. Wladimir Palmeira, líder do PT

na Câmara dos Deputados, está entre os que acreditam na vitória presidencialista. E defende que o PT vincule sua campanha às reformas políticas e sociais. "Para isso temos os próximos 30 dias de campanha, onde o PT deve participar do programa da Frente, mantendo a unidade de roteiro, mas aparecendo como partido, com estrela e tudo". Rui Falcão, deputado estadual (PT-SP) e membro da coordenação dos presidencialistas petistas, acha que "com jeito, sem criar crises, o PT deve fazer sua própria campanha". Até porque, lembra Falcão, se depender dos conservadores, o presidencialismo continuará, mas sem as reformas democratizantes. Caberá à direção nacional petista definir como será a campanha do partido pelo presidencialismo.

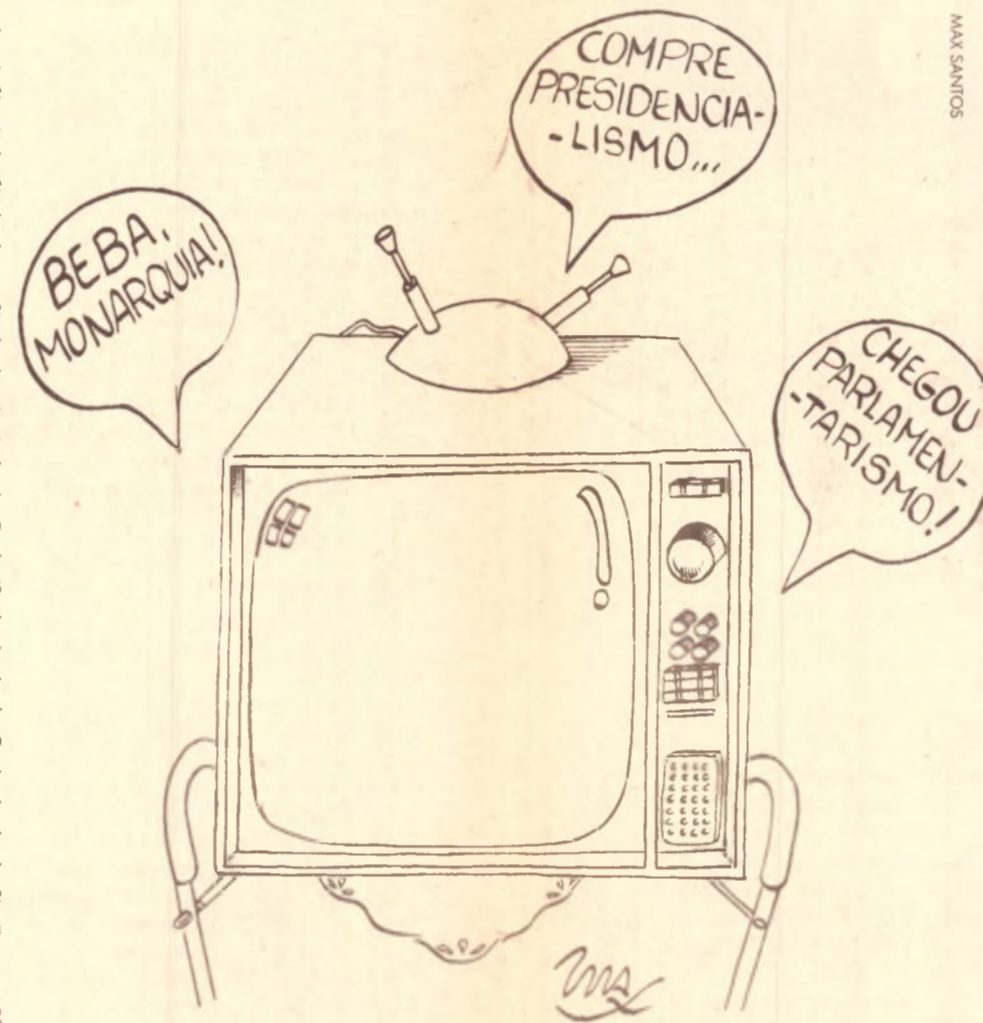
Os próximos 30 dias devem ser uma espécie de ante-sala da campanha presidencial de 1994. Brizola já percebeu isto, e vem ocupando espaço no programa da Frente Presidencialista, na tentativa de recuperar o terreno perdido por conta de seu apoio a Collor. Maluf e Quéricia se movimentam mais discretamente, mas também estão preocupados com 1994. Por isso, a defesa do presidencialismo feita pelo PT e por Lula será, em certa medida, a defesa de Lula presidente.

Por isso é que, ao lado das reformas políticas necessárias para democratizar o presidencialismo, as lideranças do PT defenderão também as reformas sociais que pretendem deflagrar a partir de 1º de janeiro de 1995. Com Lula lá.

REPÚBLICA. Isto, é claro, se a monarquia não nos pregar um susto. O apelo despertado pela campanha monarquista demonstra que a consciência democrática está pouco consolidada em nosso país. Preocupados em garantir o voto dos monarquistas, o programa de rádio e TV da Frente Parlamentarista optou por não defender a República, tarefa que até agora ficou a cargo exclusivo dos presidencialistas.

Outro exemplo que demonstra a fragilidade da consciência democrática no Brasil é a acinosa interferência do presidente do Supremo Tribunal Eleitoral, Paulo Brossard, no horário gratuito. Desconsiderados os seus inexistentes dotes didáticos, e sua mal disfarçada tentativa de favorecer o parlamentarismo, pergunta-se: o que leva um magistrado a querer substituir os partidos, e não a visão paternalista e burocrática característica das elites? São atitudes deste tipo que levam muita gente a propor a extinção da justiça eleitoral.

VALTER POMAR



Até o fechamento desta edição, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores ainda estava concluindo a totalização dos votos no plebiscito de 14 de março. Mas a tendência é inalterável: venceu o presidencialismo, com uma vantagem de 3 por 1.

Totalizados 47.780 votos, coletados em 479 cidades onde o plebiscito atingiu o quórum mínimo, o presidencialismo liderava com 34.190 votos, contra 12.175 votos para o parlamentarismo, 328 nulos e 409 brancos. Segundo Namir Bueno, assessor da Secretaria Nacional de Organização, estes dados correspondem a aproximadamente 50% do total de votantes.

No quadro abaixo, uma parcial das apurações, estado por estado.

ESTADO	Nº DE FILIADOS	MUNICÍPIOS APURADOS	PRESIDENCIALISMO	PARLAMENTARISMO	BRANCOS	NULOS	TOTAL VOTANTES
SP	*	114	12.259	6.291	278	136	18.964
RJ	*	*	1.071	323	6	19	1.419
BA	*	26	1.224	224	13	27	1.488
MG	*	*	2.555	1.498	0	0	4.053
CE	*	*	558	325	3	7	893
DF	6.972	11	877	174	4	12	1.067
PE	*	*	874	94	13	17	998
PR	*	*	622	184	4	6	816
RS	*	*	1.789	628	10	36	2.463
PA	14.400	15	973	156	3	2	1.134
AM	*	18	820	144	7	6	977
GO	*	*	957	243	8	3	1.211
MA	*	15	569	133	3	1	706
AL	*	*	*	*	*	*	*
RN	*	23	570	203	7	10	790
PI	5.591	32	1.013	180	2	5	1.200
MS	*	*	*	*	*	*	*
PB	*	18	555	146	3	6	710
MT	*	23	823	182	3	4	1.012
SE	3.260	21	378	86	11	12	487
RO	5.424	21	991	164	*	*	1.155
ES	*	21	1.096	234	3	8	1.341
SC	15.188	95	2.715	372	28	6	3.121
RR	32	*	21	9	0	2	32
AP	*	*	*	*	*	*	*
AC	*	*	125	108	0	0	233
TO	2.980	25	750	69	0	3	822
PARIS (FR)	10	1	5	5	0	0	10



PARLAMENTARISMO vs PRESIDENCIALISMO
PLEBISCITO
QUAL É A SUA?

Diretas sempre. PT Saudações.

O plebiscito interno realizado pelo PT no dia 14 de março foi um sucesso: cerca de 100 mil votantes (aproximadamente 15% do total de filiados do PT no país); cerca de 70 mil escolheram o presidencialismo.

Brasil Agora apresenta nesta edição um comentário crítico de Valter Pomar à proposta parlamentarista da Frente Ulysses Guimarães. Nas próximas edições, realizaremos a crítica dos modelos apresentados pelas frentes presidencialista e monarquista.

O modelo parlamentarista da Frente Ulysses Guimarães prevê a eleição direta do presidente da República, para um mandato de seis anos, com direito a reeleição. O presidente, entretanto, "desde a sua posse, não pode exercer a atividade político-partidária, ainda que honorífica, salvo no período pré-eleitoral, quando concorrer à reeleição".

Assim, o parlamentarismo da Frente Ulysses Guimarães não se contenta em retirar do presidente a chefia do governo; quer também desvinculá-lo dos partidos, transformando-o numa espécie de "poder moderador", acima das paixões e das disputas políticas. Algo contraditório com o "espírito" de um sistema que, segundo se diz, fortalecerá os partidos políticos. Mas conveniente para quem pretende esvaziar o pronunciamento popular em 1994; além de só prejudicar candidatos que, como Lula, mantêm uma militância político-partidária real.

PRIMEIRO-MINISTRO. Sobre a indicação e aprovação do primeiro-ministro, o projeto da Frente Ulysses Guimarães estabelece o seguinte: 1) o presidente ouve o partido ou a coligação majoritária na Câmara dos Deputados; 2) em prazo não superior a 10 dias, o primeiro-ministro indicado apresenta à Câmara dos Deputados seu programa de governo; 3) a Câmara tem no máximo três dias consecutivos para debater o nome e o programa do primeiro-ministro; 4) findo o período de debate, a Câmara tem cinco dias para votar a indicação, que deve ser aprovada ou rejeitada por maioria absoluta; 5) em caso de rejeição, o presidente deve fazer nova indicação, em no máximo dez dias; 6) caso torne a rejeitar o nome indicado pelo presidente, caberá a própria Câmara escolher, nos dez dias seguintes, por maioria absoluta, o primeiro-ministro e aprovar o seu programa de governo, cabendo ao presidente efetuar a nomeação em no máximo quarenta e oito horas; 7) se nenhum dos candidatos apreciados conseguir maioria absoluta na Câmara dos Deputados, o presidente terá no máximo cinco dias para dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições, que deverão ser re-

Governo bom, fica. E ruim também.

O modelo apresentado dificulta a queda do primeiro-ministro e a dissolução da Câmara dos Deputados.



alizadas em no máximo noventa dias.

Como é da lógica do sistema parlamentarista, a Câmara dos Deputados detém uma grande margem de manobra, podendo apreciar até duas indicações do presidente antes de indicar, ela própria, quem será o primeiro-ministro, cabendo ao presidente apenas "nomear o eleito". Constituinte-se uma maioria na Câmara, o presidente só tem duas alternativas: ou antecipar, indicando um nome do agrado da maioria, ou submetter-se, após duas tentativas, a ratificar o nome indicado por aquela maioria.

QUEDA DO GABINETE. Uma vez constituído o governo, o presidente não pode destituir unilateralmente o primeiro-ministro e seu gabinete, que só serão "obrigatoriamente e imediatamente exonerados" nos seguintes casos: 1) no início de uma nova legislatura (de quatro em quatro anos, salvo dissolução); 2) no caso de aprovação de moção de censura; 3) quando ocorrer a não aprovação de voto de confiança; 4) em caso de morte, renúncia

artigo 87 da emenda à Constituição, "o primeiro-ministro, em exposição motivada, pode propor ao presidente da República a dissolução da Câmara dos Deputados e a convocação imediata de eleições, quando a maioria parlamentar que aprovou a sua investidura nega apoio à execução do programa de governo". O primeiro-ministro pode ainda solicitar voto de confiança à Câmara dos Deputados; negada a confiança, por maioria absoluta, o governo deve apresentar a sua exoneração.

Em síntese: 1) o presidente é a parte passiva, não podendo dissolver a Câmara ou exonerar o primeiro-ministro senão quando um dos dois assim o determinar; 2) a Câmara dos Deputados terá muita dificuldade para derrubar o primeiro-ministro, já que para isto será preciso constituir uma maioria absoluta que apóie, simultaneamente, a moção de censura, um candidato a primeiro-ministro e um novo programa de governo. Assim, segundo o modelo da Frente Ulysses Guimarães, o poder de dissolver a Câmara e o próprio gabinete está principalmente nas mãos do primeiro-ministro, que pode demitir-se, sugerir ao presidente que dissolva a Câmara ou ainda propor um voto de confiança.

GOVERNADORES. Maior que o poder do primeiro-ministro será o dos governadores estaduais: segundo o parlamentarista, o novo sistema entra em 1º de janeiro de 1995, mas só seria implantado nos estados 4 anos depois. Durante este período, diante de um presidente sem poderes de governo e de um primeiro-ministro sem o respaldo do voto popular, dependente das bancadas estaduais na Câmara, pode ressurgir algum tipo de "política dos governadores", como acontecia na era Sarney.

Além de abrir espaço para o hiper-fortalecimento dos governadores, o projeto parlamentarista preferiu manter o Senado; não propõe a criação do Ministério da Defesa, falando o tempo todo em "ministérios militares"; e não toca no problema mais grave: a proporcionalidade na composição da Câmara dos Deputados.

(V.P.)



Frequência sindical

Programas de rádio produzidos por sindicatos e ONGs fazem sucesso

REAÇÃO LENTA. A Polícia Federal informou dia 16 último que encerrava as buscas dos assassinos de Chico Mendes. Diz agora que a única saída é esperar que os criminosos se entreguem. É um absurdo. A fuga já era esperada por toda a população acreana, o descaso das autoridades foi sempre evidente. Ou os partidos democráticos e as entidades sindicais realizam um movimento sério contra essa situação - coisa que não ocorreu até aqui - ou aqueles que já juraram de morte vários sindicalistas da região, como Osmarino Amâncio, se sentirão ainda mais fortes para agir.

INICIATIVA INOVADORA. A CUT acaba de lançar a "Campanha Nacional de Fiscalização e Controle do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço", o FGTS. O objetivo inicial da campanha é conseguir que todo trabalhador receba em sua casa, a cada dois meses, seu extrato do FGTS. Isso será possível graças à assinatura de um convênio com a Caixa Econômica Federal, a CEF. Se a ideia se concretizar, vai ajudar bastante no controle da roubalheira que sempre ocorreu nessa área.

1 + 1 = 150.000. Foi este o lema da "Assembleia de Unificação" dos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e de Santo André, realizada dia 5 passado, com mais de mil pessoas presentes, Lula e o ministro Walter Barelly entre elas. Está fundado o *Sindicato dos Metalúrgicos do ABC*, com mais de 150 mil trabalhadores na base. As duas diretorias agora se reúnem, formando uma diretoria provisória que já prepara as eleições para maio. O ministro do Trabalho fez questão de afirmar para todo mundo ouvir que um de seus principais objetivos é "acabar com todos os restos de ditadura que ainda existem no sindicalismo brasileiro". Que Itamar o ouça!

16 MIL BARRADOS NO BAILE. O Ibope realizou uma pesquisa junto à base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano e constatou que 86% da categoria apoiam a unificação com os vizinhos. O problema é que a Força Sindical, que dirige o sindicato, não quer saber de conversa. Mais de 16 mil trabalhadores ficam, assim, impedidos de unir suas forças com o resto do ABC. A oposição de São Caetano, ligada à CUT, exige a realização de um plebiscito para decidir a questão.

GOLEADA INESPERADA. Nos bastidores da Chapa 2, da CUT, que concorreu às eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, todo mundo comentava, desde o início da campanha, que ganhar de Medeiros era uma missão quase impossível. Aguardavam todo tipo de maracutaia e o uso descarado da máquina pela Chapa 1, da Força Sindical. Mas ninguém esperava que o resultado da CUT ficasse abaixo dos 10% dos votos, como acabou acontecendo. Fica evidente que os derrotados têm algo mais a fazer agora do que simplesmente enumerar os golpes dados por Medeiros.



Ao lado, estúdio da Rádio dos Trabalhadores. Acima, a equipe da Rádio dos Bancários

Gato escaldado tem medo de água fria", comentou Mário Barbosa, diretor da Rádio dos Trabalhadores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. É com esta ponta de desconfiança que a diretoria dos metalúrgicos aguarda a resposta ao pedido de uma emissora de rádio. Feito em fevereiro deste ano ao governo federal, Vicente Paulo da Silva, presidente da entidade, entregou a Itamar Franco um novo estudo provando que há frequências disponíveis. Portanto, a concessão só depende de vontade política. Este empecilho, aliás, barrou o primeiro pedido, em 1988.

Na mesma época, apesar das juras do então ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, a concessão para os trabalhadores foi negada. Os canais foram transformados em moedas para comprar o quinto ano de mandato de Sarney, que leiloou 1002 concessões em troca dos votos dos deputados. Só para comparar, o general João Baptista Figueiredo distribuiu 299 rádios AM, 295 FM e 40 canais de TV. Vale lembrar que a doutrina dos militares era monopolizar as comunicações. Restringiram os canais de TV a 9 famílias e as rádios ficaram com amigos do governo.

ESPERANÇA. Mário Barbosa acredita que apesar de tudo o momento é favorável: "Houve um aprofundamento da democracia, os acontecimentos do ano passado foram muito importantes". A Rádio dos Trabalhadores está instalada desde março de 1992 em São Bernardo e depende de uma res-

posta de Brasília para ir ao ar. Enquanto isto, a equipe faz programas ao vivo em portas de fábricas, na hora do almoço, e nos bairros, em finais de semana, com os carros de som. "Os trabalhadores têm o que dizer e isto já está provado", comentou Barbosa.

Para o professor de jornalismo da USP, José Carlos Rocha, a concessão do canal dos trabalhadores é justa. Rocha, que é também membro do Comitê da Democratização da Comunicação em São Paulo, afirma que, se a concessão for autorizada, acontece tardiamente. Porém, inaugura um novo capítulo na história da radiodifusão: "Até hoje ficamos condenados ao custoso e limitado panfleto". Rocha acredita que o fato de o presidente não outorgar mais as concessões sem aprovação do Legislativo é positivo, porém a quebra do monopólio só será possível com a Lei de Informação Democrática, em discussão no Congresso.

BATALHAS. A guerra para quebrar a trincheira do monopólio teve várias batalhas. No começo da década de 80 houve uma explosão de rádios livres. O objetivo era claro: denunciar a falta de espaço para outras programações e reivindicar o direito à comunicação.

Hoje estão espalhadas pelo Brasil 500 rádios livres e comitês estaduais pela democratização da comunicação. Enquanto a lei não muda, os segmentos organizados procuram uma outra saída: a compra de horário em emissoras comerciais.

Uma das primeiras experiências ocorreu no Rio de Janeiro, em 1988, e durou quase dois anos.

Alguns sindicatos filiados à CUT alugaram um horário. Mas atualmente várias tentativas estão no ar e comemoram o sucesso. Como a Rádio dos Bancários, em São Paulo, há nove meses na Gazeta AM e em ondas curtas, que permite o alcance até no estado do Rio de Janeiro.

Humor, irreverência, muito jornalismo e comentários do sociólogo Herbert de Souza, do cineasta Arnaldo Jabor, do ex-jogador de futebol, Dr. Sócrates, do jornalista Sérgio Mendonça e de membros do ecológico Greenpeace e do Instituto de Defesa do Consumidor. Além dos correspondentes no Rio de Janeiro, Brasília, Inglaterra e Estados Unidos. O programa, de segunda a sexta-feira, conta também com a participação dos ouvintes. O Sindicato dos Bancários de São Paulo desembolsa US\$ 26 mil por mês, pelo aluguel, e US\$ 20 mil pela produção. Vale lembrar que os rádio-jornais veiculados no mesmo horário são patrocinados pelos principais bancos. "O horário só perde em audiência para os programas de esporte", afirma o coordenador do programa, Osvaldo Colibri Vita. A partir de abril, o programa passará a ser de duas horas (7h00 às 9h00).

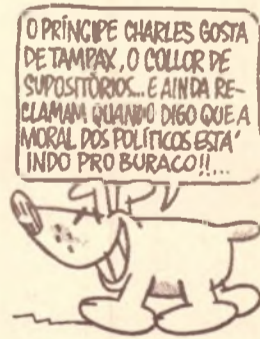
ONGS NA ONDA. Na Rádio Guanabara, Rio de Janeiro, o programa Rádio Ligado (11h00 ao meio-dia) vai ao ar de segunda a sexta-feira. É produzido pelo Centro Radiofônico de Informações e Assistência do IBASE. "A intenção é cada vez mais fazer uma CBN de esquerda, popular, atraente e dinâmica", comentou Marcos Aurélio de Carvalho, coordenador do

Rádio Ligado, que recebe cerca de 20 telefonemas diários, pelas duas linhas. O aluguel é de Cr\$ 27 milhões e a produção, US\$ 6 mil. O IBASE patrocina o programa com mais 6 Organizações Não Governamentais (ONGs).

No Nordeste há mais duas experiências. Uma mais recente, a dos bancários de Fortaleza, Ceará, entrou nesta onda em março deste ano, com um programa de meia hora (7h00 às 7h30, na 100,9 FM). Ela procura inovar a linguagem radiofônica lembrando as antigas radionovelas. Os quadros são encenados com apoio de atores.

Já o programa Revista Sindical, na Rádio Pioneira em Teresina, Piauí, comemorou três anos em fevereiro. A rádio funciona em ondas curtas e tropicais e atinge até 600 km da capital. O programa, de segunda a sábado (7h15 às 8h00), fornece informações sobre as leis trabalhistas, notícias rurais, nacionais e locais. Os produtores recebem cerca de 70 cartas por mês. Quatro sindicatos e a CUT pagam pelo horário Cr\$ 5 milhões, enquanto a produção consome Cr\$ 15 milhões.

ADÉLIA CHAGAS



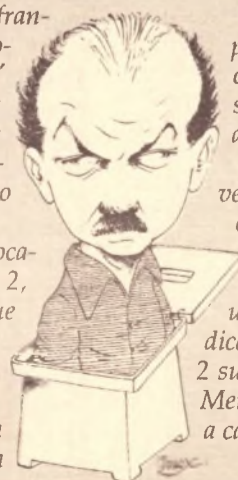
O PRÍNCIPE CHARLES GOSTA DE TAMPAX, O COLLOR DE SUPPOSITÓRIOS... E AINDA RECLAMAM QUANDO DIGO QUE A MORAL DOS POLÍTICOS ESTÁ indo pro buraco!!...

VITÓRIA DE CORONEL

Que Luiz Antonio Medeiros tinha força notável entre os metalúrgicos de São Paulo ninguém duvidava. Que ele era franco favorito para manter-se na presidência do sindicato da categoria, também não era novidade. Por isso chamaram ainda mais atenção os métodos francamente antidemocráticos e os sinais evidentes de fraude eleitoral praticados pelos seguidores do "sindicalista de negociatas" nas eleições para a entidade, realizadas ao longo da semana de 8 a 11 de março. Foi como se Medeiros pretendesse, mais que assegurar a vitória no pleito, amedrontar seus opositores e sinalizar-lhes de forma ostensiva que continuará administrando o sindicato como um velho coronel controla seu curral.

As restrições antidemocráticas ficaram claras desde a convocação do pleito. Sebastião Neto, um dos coordenadores da Chapa 2, e José Carlos Euclides, segundo secretário da chapa, lembram que por decisão unilateral da diretoria do sindicato houve apenas doze dias úteis entre o prazo final para inscrição de chapas (15/2) e o início das eleições (8/3). Acrescentam que os chapas de Medeiros recusaram-se até o fim a fornecer à oposição a lista dos votantes nas fábricas. E denunciam que, restringida a

participação da chapa cutista nas comissões de mesários, chegou a haver urnas que chegaram à central de apurações sem o lacre regulamentar. Houve outras que chegaram sem nenhum voto em branco.



Também não houve sequer o cuidado de disfarçar a participação dos empresários na campanha de Medeiros. A Caloi chegou a sortear bicicletas entre os trabalhadores que arrolassem listas de pelo menos dez votantes que "se comprometiam" antecipadamente a dar seu voto à Chapa 1.

Medeiros venceu com um percentual que faz lembrar o dos velhos coronéis: 86% dos cerca de 64 mil votos. A Chapa 2 obteve 9,5% e a Chapa 3, ligada à CGT, 4,5%. Neto e Euclides destacam, no entanto, que a oposição cutista obteve êxitos que a credenciam a desenvolver, nos próximos quatro anos, uma resistência mais ativa aos planos do líder da Força Sindical. A coesão interna entre as forças que compuseram a Chapa 2 superou as expectativas. A CUT estadual e a Federação dos Metalúrgicos, ligada à central, contribuíram decisivamente para a campanha.

(A.M.)



Radicais, com muita honra

Líder de ocupações prevê conflitos mais graves no governo Itamar

A questão agrária voltou a dividir o Brasil no início de março. No dia 4 as emissoras de televisão alardearam que três policiais haviam sido "assassinados" na Fazenda Santana, em Campo Bonito (PR), por um grupo de trabalhadores sem-terra que havia ocupado a propriedade. Três dias depois um dos líderes da ocupação foi brutalmente assassinado pela Polícia Militar (ver box).

Organizado a partir de 1979, e constituído oficialmente em 85, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) dirige os cerca de 400 assentamentos de agricultores espalhados por dezenove estados. Pouco conhecidos, e vistos quase sempre com preconceito nas regiões urbanas, inclusive por setores da esquerda, são hoje 400 mil trabalhadores, o equivalente à população de uma cidade como Olinda.

No último dia 15, Jaime Amorim, um dos quinze membros da direção colegiada do Movimento dos Sem Terra, falou a **Brasil Agora** sobre as perspectivas do movimento após a posse de Itamar Franco, da violência e da organização dos assentamentos

A deflagração da disputa presidencial deve mergulhar o país, nos próximos meses, num novo período de polarização política. Qual a situação do Movimento dos Sem Terra nesse instante?

Tivemos enormes dificuldades durante o último governo. Collor conseguiu acabar com o Incra, com todos os órgãos que trabalhavam a questão da reforma agrária. Impediu que os assentamentos avançassem. Queria desmobilizar o movimento e assumir a condição de "pai" de uma reforma agrária certamente ultra-limitada.

A União forçou os governos estaduais e as diretorias do Incra a "não negociar sob pressão". Sempre que ocupávamos terras éramos recebidos com polícia, pistoleiros e bandos paramilitares. Em Pernambuco, onde atuo, ocupamos no ano passado as terras da Usina Aliança, que estavam praticamente em processo de desapropriação. Após duas horas, a polícia chegou, acompanhada dos pistoleiros. Não tinham nenhum documento judicial determinando a desocupação, mas disseram abertamente que a força de fato no estado era a segurança das usinas. O governador Joaquim Francisco deu aval a tudo isso.

Foi nesse período, em contrapartida, que conseguimos construir nosso sistema de cooperativas, nos acampamentos, em cada estado e a nível nacional, onde temos a Conclap - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil.

A direita diz, para atacar a reforma agrária, que a produtividade é muito baixa nos acampamentos de sem-terras.

Temos dificuldades. Mas estamos avançando visivelmente. Um estudo sobre a produtividade no Rio Grande do Sul, concluído recentemente, demonstrou que os acampamentos que obtêm crédito alcançam produtividade superior à dos fazendeiros das mesmas regiões. Isso ocorre em geral nas áreas onde criamos cooperativas.

Estamos muito preocupados em superar nossas próprias dificuldades técnicas. Após a criação das cooperativas iniciamos cursos de cooperativismo. Em Braga, no Rio Grande do Sul, um deles foi oficializado, e vai se transformar no primeiro curso técnico, reconhecido a nível de segundo grau, desta modalidade. Estamos recebendo companheiros de todo o Brasil.

O esforço para criar a consciência da propriedade coletiva é um princípio do movimento?

Certamente, inclusive porque partimos da análise segundo a qual a pequena propriedade tende a se tornar inviável e precisa associar-se de alguma forma para sobreviver. A cooperativização pode envolver a terra, a mão-de-obra ou os recursos, mas não obrigamos ninguém a aderir a nenhuma das modalidades.

A mudança de mentalidades é algo extremamente complexo. Qual o resultado

das experiências do movimento neste terreno?

Passamos o período até 1988 fazendo discursos em favor do trabalho coletivo. Nosso êxito prático começa a partir daí, e já levou cerca de 1/3 dos assentados a aderirem às cooperativas.

Aprendemos que só a partir da prática do trabalho coletivo é possível mudar mentalidades. Primeiro coletivizamos a mão-de-obra. Qualquer camponês topa, dizendo: "Vou trabalhar para a cooperativa durante três dias por semana; vamos comprar o adubo juntos; vamos comercializar conjuntamente". Até aí não há problema.

Mas achamos que um grau superior é obtido quando se coletiviza a terra, e se constitui uma CPA, Cooperativa de Produção Agropecuária, uma empresa que assume o controle das terras, da mão-de-obra, do planejamento.

Que mudou em relação à política fundiária no governo Itamar?

Para nós mudou muito pouco. Alcançamos novas perspectivas em alguns detalhes, como a indicação de Osvaldo Russo para a presidência do Incra.

Conseguimos também aprovar a lei que regulamenta a reforma agrária. Não é boa, mas permite começar. A terra é um latifúndio improdutivo? Então é possível

começar a desapropriar. Não corresponde às finalidades sociais? Você inicia por aí.

Os conflitos do Paraná são significativos. Os latifundiários se armaram precisamente para responder às duas derrotas que sofreram no campo institucional: a aprovação da lei e a mudança no Incra. Responderam no campo que conhecem, o da violência.

Há sinais concretos de que episódios como este devam se repetir no Brasil?

Existem discursos muito incisivos. Após os conflitos do Paraná disseram claramente que reorganizariam uma entidade, e Ronaldo Caiado prometeu o mesmo ao perder algumas votações no debate da reforma agrária no Congresso.

Num encontro sobre modernização, em Pernambuco, um dos fazendeiros garantiu ao ministro da Agricultura que ele e seus iguais se organizariam para impedir o cumprimento da lei. Um outro afirmou de forma aberta que em relação ao Osvaldo Russo era mais fácil, bastava colocar num avião velho e dar sumiço.

Como o movimento tem lidado com o crescimento das relações capitalistas no campo, e a transformação do camponês em assalariado?

O surgimento da mão-de-obra assalariada é inegável. O que tem se visto porém, mesmo em São Paulo, é que não se

trata do surgimento de uma classe operária rural típica. Uma minoria insignificante de trabalhadores pode ser enquadrada assim, e ter direitos trabalhistas.

A grande maioria das agroindústrias trabalha de forma ilegal. É o caso das regiões canavieiras de São Paulo e do Nordeste, para ficar em dois exemplos típicos. As grandes fazendas utilizam trabalhadores sazonais e temporários. Contratam para colher, para o plantio, e pagam apenas a diária.

Por isso, muda muito pouco para nós. Os pequenos proprietários transformam-se em assalariados temporários e ainda mais miseráveis. A inviabilidade da pequena propriedade desassociada vai se firmando, mas os trabalhadores - em especial os "semi-assalariados" - não deixam de ansiar pela terra e pela reforma agrária.

Alguns setores da própria esquerda veem o Movimento dos Sem Terra como "muito radical". Que você tem a dizer sobre isso?

Eu não vejo nenhum problema quando nos chamam de radical, principalmente porque a gente está lutando. Agora, é preciso entender que a luta no campo é diferente. Nós enfrentamos, além da situação de miséria crescente, as balas do opressor.

Quando você organiza o camponês não é possível fazê-lo apenas por caminhos legais. É diferente da luta sindical, de quem vai lutar por salário, fazer uma greve. É uma luta política de enfrentamento direto, em que não apenas reivindicamos, mas também ocupamos a terra. O latifúndio diz que a terra é dele, apresenta o documento, mas nós ocupamos, porque legitimamente é nossa.

Acreditamos nesse método, e hoje conseguimos organizar 90 mil famílias graças ao sucesso dele.

Às vezes acontece de enfrentarmos os latifundiários e matar ou morrer. No Paraná é normal. No ano passado houve vários enfrentamentos, com mortes dos dois lados. No Maranhão e em Pernambuco também

Não somos xiitas. No campo político negociamos com todas as forças progressistas, mantemos ótimas relações com a CUT, com a CPT, ligada à Igreja, e com os movimentos de trabalhadores rurais da América Latina. As jornadas de luta que promovemos desde 1990, em conjunto com todos os setores antilatifundiários, são um exemplo disso.

Mas somos radicais, e nossa radicalidade está na luta. Continuamos acreditando na revolução, ao contrário de alguns outros. Defendemos o socialismo. Se alguém nos "acusa" de radicais, pode escrever aí que não nos sentimos ofendidos.

A EXECUÇÃO DE TEIXEIRINHA

A Polícia Militar do Paraná executou friamente, depois de torturar sua mulher e seus filhos, o "Teixeirinha", líder da ocupação da Fazenda Santana, em Campo Bonito (PR). Quem denuncia é o Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, que promoveu a ocupação.

Ela começou em 3 de março, depois de esgotado sem adoção de qualquer providência o prazo que o Incra e o governo estadual haviam pedido para esvaziar a fazenda, um latifúndio improdutivo que estava sendo arrendado pelo proprietário a madeireiros. Poucas horas depois da ocupação, um grupo de integrantes da polícia secreta (a "P2"), que está legalmente impedida de atuar em conflitos sociais, chegou à fazenda, e tentou render sob a mira das armas a segurança organizada pelos sem-terra. Houve conflito e os policiais foram mortos.

Foi o que bastou para deflagrar uma operação implacável de vingança, que o governador Roberto Requião não procurou impedir. Os sem-terra relatam que "Teixeirinha", que comandava a segurança, entregou-se à polícia, depois que esta invadiu o assentamento, queimou barracos e começou a praticar agressões. Foi algemado, humilhado publicamente e levado para o mato. Horas depois, ouviram-se os tiros. A PM alegou "resistência à prisão".

A FOME OCUPA A SUDENE

Oito dólares ao mês. Foi contra este salário, pago pelo governo federal aos alistados nas frentes de trabalho, que mais de 800 trabalhadores rurais de todas as regiões de Pernambuco ocuparam dia 16 a sede nacional da Sudene, em Recife, e retiveram por várias horas o superintendente do órgão, Cássio Cunha.

"Quinze milhões de pessoas estão passando fome e sede no interior do Nordeste", denunciou Breno Gonçalves, um dos articuladores do Fórum da Seca. Ele explicou que a seca é a pior dos últimos vinte anos e que, como sempre, aflige em especial os camponeses pobres, obrigados a vender a qualquer preço as terras e o gado.

Gonçalves acusou o governo Itamar Franco de ser conivente com a política de sucateamento da Sudene iniciada por seu antecessor. Mostrou que o salário humilhante pago aos agricultores deve-se às somas irrisórias (Cr\$ 30 bilhões) destinadas pelo governo às frentes de trabalho. Acrescentou que a tensão social agrava-se na região, e que os saques a armazéns estão se multiplicando rapidamente.

O Paulo Francis disse, no Estado de S. Paulo de 26.11.92, que dialética é bobagem, que essa notícia ainda não chegou ao Brasil e que o seu livro é um exemplo disso. Como o sr. responderia a essa questão?

Paulo Francis, na sua coluna do Estado de S. Paulo, deixa claro que deseja fazer um certo terrorismo cultural, só que o terrorismo do Paulo Francis tem armas que não vão além das balas de festim, isto é, balas que fazem muito barulho, demonstram uma vontade de destruição, de violência extraordinária, assustam os incautos mas não atingem alvo nenhum. Por que eu acho isso? Porque Paulo Francis está intimamente distante da situação brasileira, da situação latino-americana, da situação do terceiro mundo em geral. É uma posi-

ção que procura negar aquilo que para nós é evidente: a necessidade de uma luta constante através de sindicatos, partidos, grupos culturais, enfim de todo esse movimento de resistência que de uma maneira ou de outra nós é que estamos levando à frente. E que é dialético, quer Paulo Francis goste quer não...

Todo esse movimento de resistência ele ignora, aliás detesta, porque, no fundo, nega o paradigma de primeiro mundo que ele está querendo impor através de seus artigos. Acho que a melhor maneira de responder é continuar trabalhando e aprofundando a nossa cultura de resistência, porque responder de outra forma seria receber mais balas de festim. Agora, com relação à dialética, no meu livro ela não significa estritamente a dialética marxista. Significa que

a colonização foi feita através de oposições, de contrastes. A palavra dialética tem uma abrangência maior, que decorre de tudo aquilo "que vive" de oposições. A matriz é Hegel. Quando nós dizemos: "foi muito dialética a sua exposição", isto quer dizer: "foi muito sensível às contradições".

Como as idéias européias eram readaptadas na colônia?

Em primeiro lugar, as idéias políticas e em geral a cultura e a ideologia, que alimentaram os intelectuais brasileiros desde o momento da colônia, nasceram fora do Brasil. Mas isto é uma fatalidade para os países coloniais. Os países coloniais em geral são impedidos precocemente de gerar uma cultura própria. Não havia universidade, não havia imprensa. A situação do Brasil foi ainda mais negativa do que em certos núcleos de colonos ingleses porque aqui não houve universidade, não houve imprensa, não houve forma nenhuma de instituição superior em termos de cultura. É de esperar que os nossos intelectuais recebessem as idéias de fora. Agora, com isso nós não devemos julgar que necessariamente as idéias que vêm de fora são idéias opressoras, pois, assim como

A legislação do trabalho era progressista diante da nossa história, corporativista diante do pensamento revolucionário. Uma mistura de progressismo e autoritarismo, muito à brasileira...

vieram formas de opressão ligadas à colonização portuguesa, vieram também as idéias das Luzes, ou seja, um pensamento pré-democrático que durante o século XVIII se gestou na França, e preparou a Revolução Francesa. Vieram o Iluminismo, o Liberalismo, além de idéias de representação popular que mais tarde se aprofundariam, como o Socialismo. A rigor, desde a colônia até hoje nós recebemos de fora as nossas idéias. Mas essas idéias podem ter, no Brasil, tanto uma função predadora como uma função libertadora, dependendo dos grupos sociais que as filtrarem.

De que países vinham as idéias?

Então, mais importante do que dizer que uma idéia nasceu fora (na Alemanha, na Inglaterra, na França) é perguntar: como essas idéias foram absorvidas, filtradas, reinterpretadas, em primeiro lugar, no Brasil? A tônica do meu livro é mostrar que pouco importa saber a origem geográfica das idéias. É interessante do ponto de vista da erudição você saber que o Marxismo foi fruto de observações, de leituras que Marx fez em Londres: ele ficou anos a fio estudando na Biblioteca do Museu Britânico as condições do operário inglês. Claro, conhecer "a história da luta" não deixa de ser muito interessante, mas isso não determina o fato de que os povos que recebem essas idéias possam usá-las segundo suas necessidades. O que os intelectuais dos países colonizados fazem? Tomam conhecimento das idéias, e alguns as usam de maneira superficial, quer dizer, para exibir status. É o pedantismo ideológico! Eu acho que nós não devemos nos preocupar muito com isso porque vai muito da moda. Veja a moda surrealista, veja a moda existencialista. Modas servem como alimento para o status que é o ambiente universitário etc. O que fica mesmo são as correntes ideológicas, as correntes artísticas que se enraizam no país por necessidade dos grupos respectivos.

Por que o liberalismo "veio ao Brasil"?

A elite brasileira do século passado precisava de uma ideologia liberal. Porque essa elite queria ser representada no Parlamento. Ela tinha que aceitar o princípio da representação. É claro, a gente sabe que no século passado as eleições eram forjadas, mas o princípio da representação era necessário porque, se não, o que aconteceria? Dom Pedro II governaria sozinho como um imperador absoluto.

E as elites, os fazendeiros de Pernambuco e de São Paulo, as oligarquias precisavam de uma teorização que mostrasse que "nós somos o poder Legislativo. Então, nós vamos ter voz". Com isso eles eram muito liberais.

Nesse caso preciso, o liberalismo não era uma idéia importada que aqui não tivesse função. Tinha função: de legitimar a representação oligárquica, que sempre foi muito estreita, pois o eleitor precisava ter uma certa extensão de terras. A lei eleitoral do século passado exigia que a pessoa fosse proprietária. A partir de um certo número de hectares é que o eleitor era qualificado. Então você vê, os eleitores eram pouquíssimos, mas se a gente olhasse de "longe" a eleição, formalmente, o sistema era "liberal". Até imitavam o sistema inglês! Isso era uma comédia? Isto era uma farsa? Era e não era. Era uma farsa porque era um Liberalismo excludente, que marginalizava a maior parte da população. Então, não era democrático, sem dúvida. Mas era liberal, enquanto formalmente propunha o regime da representação e sustentava a existência de um Parlamento, do qual saía o Gabinete de Ministros.

D. Pedro II escolhia para seus ministros os deputados do partido majoritário, que às vezes era o Partido Liberal e às vezes o Conservador. Então, digamos que a mecânica liberal funcionava a seu modo, e atingia os seus fins.

Liberalismo, marxismo, ou outras? seriam "idéias fora do lugar", entre nós?

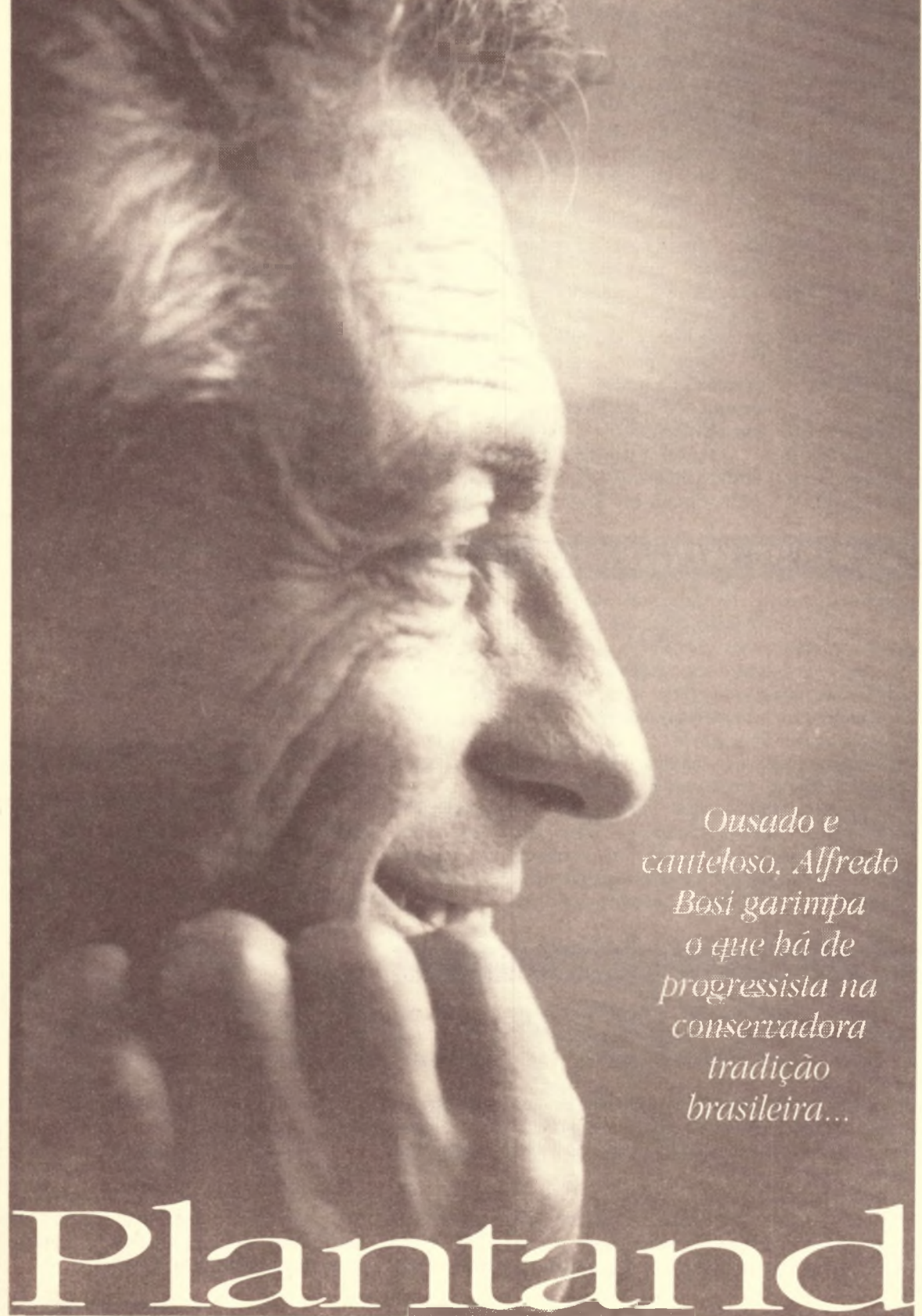
Eu diria que o Liberalismo do século XIX, para as elites, e o Marxismo do século XX, para a classe operária, são idéias que se difundiram porque corresponderam às necessidades objetivas das respectivas classes sociais. Então, não são idéias deslocadas, extemporâneas. É uma das linhas do meu livro mostrar o quanto a idéia pode ou perder-se na "moda" (aí a famosa idéia "fora de lugar" de Roberto Schwarz), ou então enraizar-se. E quando as idéias se enraízam, vamos estudar a fundo os modos pelos quais elas se enraizaram. O meu livro estuda duas delas pelo menos: o que pode ser o Liberalismo do século passado, "os liberais" do século passado; e estuda o Positivismo, que foi, segundo eu penso, o responsável pela formação do grupo que assumiu o poder com Getúlio Vargas, na Revolução de 30. A Revolução de 30 capitaneada por Getúlio Vargas foi sustentada por políticos gaúchos como Oswaldo Aranha, que se formaram do ponto de vista dos castilhistas.

Acho isso interessante, isso é uma prova do quanto uma ideologia vinda da França se enraíza. Como é que esses gaúchos liam tão apaixonadamente Augusto Comte! O Rio Grande do Sul tinha uma Constituição completamente diferente, positivista. Depois, com Getúlio, em 1930, o Lindolfo Collor assumiu o Mi-

Os políticos gaúchos de 30 formaram o Estado Moderno Brasileiro, progressista em relação às oligarquias, autoritário, porque concentra o poder: um modelo muito forte no Brasil.

E N T R E V I S T A

ALFREDO BOSI



Ousado e cauteloso, Alfredo Bosi garimpa o que há de progressista na conservadora tradição brasileira...

Plantando, dá!

ENTREVISTA POR LUCILIA RUY

nistério do Trabalho. Eles adotaram aqueles princípios e formaram o que foi chamado o Estado Brasileiro, o Estado Moderno Brasileiro, tanto o seu lado progressista quanto o seu lado autoritário. É progressista em relação às oligarquias; é autoritário porque concentra o poder. É um modelo que ficou muito forte no Brasil.

Lindolfo Collor ficou encarregado de constituir o novo Ministério do Trabalho e convocou forças de esquerda e de direita.

O sr. acha que o governo Itamar reedita algum estilo populista?

Ah!, porque é um governo de coalizão? Curioso, eu não havia pensado nisso... A sua lembrança mostra o quanto o chamado modelo Estado-Providência é um modelo que não morreu. No Brasil, podemos dizer que só há duas tendências: há tendência liberal (oligárquica) anterior a 1930, em que na verdade o Estado interferia o menos que podia, mas protegia a família cafeeira. Fora disso eles achavam que o Estado não devia intervir na indústria; o Estado não devia investir no operário, o Estado era apenas um protetor da oligarquia. A oligarquia dependia do café. Então houve a crise do café e eles caíram. E olha que eles ficaram durante muitos anos exportando café. Era uma sociedade que não concebia um projeto nacional.

Quando Getúlio subiu, e essa é uma hipótese minha, esse grupo que estava com ele tinha um propósito que era o projeto de um Estado forte e centralizador, um projeto que atendesse às necessidades da classe operária.

Os positivistas postularam uma intervenção do Estado para corrigir o capitalismo atrasado. Os liberais sustentavam a presença imperialista.

Houve a famosa cooptação capitalista, moderna para a época. Getúlio percebeu que tinha acabado o Café com Leite e que agora o projeto nacional era a indústria, era o operário. Lindolfo Collor construiu uma legislação do trabalho que, do ponto de vista da nossa história social, era moderna, embora do ponto de vista revolucionário fosse corporativista. Então, houve uma mistura muito brasileira, de progressismo e autoritarismo. Mas não só brasileira, como se sabe...

Está aí o modelo. Com o Getúlio veio o Estado Novo. Getúlio caiu mas continuou o modelo do Estado-Providência. Getúlio voltou e confirmou o modelo. Agora, a alternativa do modelo seria o Neoliberalismo? Parece que vivemos uma situação pendular...

O Positivismo teve a sua importância na medida em que "(...) navegar contra a maré, sustentando causas antipáticas aos interesses da classe dominante, é sinal de inconformismo salutar". Os positivistas eram confundidos por isso com os socialistas? Qual é a relação que pode haver entre Positivismo e Socialismo?

Minhas pesquisas sobre a ideologia dos positivistas no Rio Grande do Sul do começo do sé-

culo XX demonstram que os políticos de filiação positivista (castilhistas) se colocavam à esquerda dos liberais representantes da oligarquia da Campanha. Os positivistas defendiam a taxação progressiva do latifúndio; os liberais não. Os positivistas defendiam a municipalização dos serviços públicos e a encampação das companhias estrangeiras que exploravam o transporte ferroviário e marítimo; os liberais sustentavam com seus discursos a presença imperialista. São exemplos de uma posição socializante. É claro que não se trata, absolutamente, de socialismo em termos marxistas, o que suporia uma teoria de classes em conflito e de revolução operária; não se trata disto, evidentemente. Os positivistas apenas postulavam uma intervenção do Estado para corrigir, por alto, certos desequilíbrios mais gritantes do nosso capitalismo atrasado. Para a época, porém, não deixava de ser uma atitude social progressista.

O escritor Roberto Schwarz diz que as idéias estrangeiras estão "fora de lugar". Como o sr. se contrapõe a isso?

O trabalho de Roberto Schwarz, que respeito e admiro pela sua perspicácia e força analítica, tem, porém, um objeto e um alcance diferentes do meu ensaio. Um objeto diferente: Roberto está preocupado em entender o ponto de vista de Machado de Assis; eu estou preocupado em caracterizar correntes ideológicas e políticas de longa duração, como o Liberalismo (aliás, os liberalismos do Império) e o Positivismo. É um alcance diverso: Roberto concentrou-se nos efeitos distorcidos, despropositados, e até cômicos, que certas idéias européias acabam produzindo quando transplantadas para um meio social diferente do seu contexto europeu original. De minha parte, procuro ver como o ideário liberal ou positivista vindo de fora (aliás, todas as idéias políticas brasileiras vieram de fora) foi trabalhado, filtrado, por grupos políticos nacionais. O Liberalismo foi filtrado e usado competentemente pela oligarquia do açúcar nordestina e depois pela oligarquia do café paulista. A revolução de 32 é um exemplo bem conhecido: usou-se o Liberalismo formalista para defender os interesses dos grandes fazendeiros. Um grupo gaúcho (do qual emergiria a figura de Getúlio Vargas) usou o Positivismo para implantar uma política de desenvolvimentismo.

Em resumo, procuro levar até às suas últimas conseqüências a hipótese de que houve uma penetração muito conseqüente de algumas ideologias européias no Brasil e na América Latina,

em geral. O que, naturalmente, não invalida a hipótese complementar, isto é, a de que esta ou aquela idéia de origem estrangeira foi usada de modo despropositado neste ou naquele contexto particular da nossa história política. Agora, fica a pergunta: se todas as idéias que vieram da Europa e dos Estados Unidos (Democracia, Socialismo, Pacifismo) estão "fora do lugar", quais seriam as idéias porventura nascidas só no Brasil e que estariam "dentro do lugar"? Não conheço nenhuma.

Conforme Jakob Burckhardt (citação do professor), o Estado e a Igreja manipulam a cultura para seus próprios fins. Essa afirmação tem alguma vinculação com a difusão do Catolicismo no Brasil?

O historiador alemão Jakob Burckhardt desconfiava do poder manipulador de duas grandes instituições ainda bastante sólidas no século XIX: o Estado e a Igreja. No texto citado em meu livro, a frase de Burckhardt entra para provar que uma das funções da "cultura", na época moderna, é a de criticar as imposições dogmáticas das instituições tradicionais; ou seja, uma das funções - embora não a única - da cultura é exercer a crítica ideológica.

O sr. disse que pós-moderno = antimoderno. Que relação essa idéia de "modernidade" tem com a ética burguesa de valorização do trabalho?

Etendo pós-moderno em dois sentidos opostos e complementares. O pós-moderno tecnológico é informatizado e ultramoderno. Mas há, teoricamente, um pós-moderno que se conceitua a si mesmo como crítica da civilização burguesa do trabalho racionalizado. Crítica que se estende ao próprio conceito de razão instrumental criado pelo pensamento moderno a partir de Descartes e dos iluministas franceses. Esse último pós-moderno se quer antimoderno.

A cultura de resistência seria então dialética, na medida em que aquela "não desiste de pensar as partes como expressões de um todo"?

Sem dúvida, o que chamo "cultura de resistência" depende diretamente de uma visão dialética das produções simbólicas e do pensamento em geral. Dialética implica um momento de negatividade (que consiste em resistir ao que aí está) e, ao mesmo tempo, avança para a afirmação de valores mais totalizantes, menos atomizados. A noção e o valor de "ambiente", por exemplo, é mais totalizante do que as práticas tóxicas de exploração da natureza; por isso, a ecologia faz parte de uma cultura de resistência. A teoria dos direitos humanos universalizados é mais totalizante, logo mais dialética, do que a defesa dos direitos dos proprietários que embasava o Liberalismo clássico. A cultura de resistência nega e combate o enrijecimento das formulações isoladas, particularistas, interesseiras, as quais, por sua vez, sempre conseguem arranjar uma justificação retórica que lhes dê máscaras de interesses gerais.

Se as idéias que vieram da Europa e dos EUA estão "fora do lugar", que idéia nasceu aqui que esteja "em seu lugar"?

A situação colonial no Brasil era muito negativa: não havia universidade nem imprensa, nenhuma forma de instituição superior, em termos de cultura.

A DIALÉTICA DE BOSI

O pensador e professor católico Alfredo Bosi, já dono de invulgar bagagem crítica sobre literatura e cultura brasileira, e suas questões, dá sem dúvida um grande salto dialético neste seu Dialética da colonização que saiu nos fins de 1992. Ou seja, coroando uma trajetória de dedicação à docência e à pesquisa, Bosi vai buscar as contradições gerais implantadas nas terras da América, avaliando o caso brasileiro pela intempérie colonial. A contradição maior que Bosi vai garimpar é a de que o processo civilizatório, enquanto construtor de cultura, isto é, de vínculo entre passado e futuro no plano dos símbolos e idéias que enquadram o fazer humano, é maior do que qualquer das forças que nele intervenham ou que pretendam explicá-lo. Este fato contém em si a potência do ato, ou seja, concentra, com as perplexidades que gera, a possibilidade de negar-se o estabelecido, e de se imaginar uma nova situação. Este ato é também a sua idéia. Somente após imaginar-se num outro destino que não o de reproduzir a mecânica desapercibida da explosão, pode o trabalhador cruzar os braços e dizer não: a greve é tanto produto de condições objetivas como de forças da imaginação. Bosi lê as idéias enquanto fontes de energia; elas são, na verdade, os motores da história. Pode-se analisar, como numa fórmula química, seus catalisadores e materiais objetivos, como faz a dialética de tradição marxista. Mas isto não explica nem resgata o papel das idéias na história. Não se pode deixar de ver aí que para Bosi a idéia tem a força de um milagre: não como intervenção de um poder estranho à natureza, mas como uma "vocalização para o salto" nela impresso, um "cotovelo do destino", que muda (ou revela) o insuspeito rumo de liberdade que havia no curso natural da repetição instintiva e aprisionante. Estes são os parâmetros de Bosi, eivados de catolicismo, idealismo, marxismo e fé, algumas das tantas forças que gravitam em sua constelação. Diz Walter Benjamin (e se não disse, deveria) em algum lugar que as idéias são como constelações que resgatam do esquecimento os fenômenos e os conceitos. Bosi vai por aí.



ALFREDO BOSI - DIALÉTICA DA CIVILIZAÇÃO. S. PAULO, CIA. DAS LETRAS, 1992. CR\$ 389 MIL.

FLÁVIO AGUIAR

OUVIDOR GERAL

O RAPAZ MALUF

É demais. Maluf manda suspender a coleta seletiva de lixo. Administrador de Maluf manda cobrir capa de revista na banca por que tem corpo nu ali exposto. Maluf suspende a municipalização dos transportes, abrindo as portas para que as empresas de ônibus aumentem seus ganhos reduzindo as frotas. (O resultado tem sido atos de vandalismo e depredação nos fins de jogos, pelos torcedores exasperados pela derrota ou pela vitória e pelo cortejo de ônibus lotados). Maluf contrata sem concurso. E por aí vai o cortejo de idéias funestas e fúnebres. Onde vamos parar assim? Nos "bons tempos" da ditadura". E o rapaz pensa em presidência e dizer-se parlamentarista para posar de democrata...

Ovo de pata não choca galinha, e vice-versa. Assim como a retórica do caçador de marajá deu no que deu no caso Collor, a retórica do "moderninho" Maluf, esperança dos conservadores contra o "troglodismo" esquerdista, já está esbarrando na realidade de que em torno do "produto Maluf" gravita o que de mais atrasado há na vida brasileira.

Sempre digo a meus alunos que sou do tempo em que ecologia dava cadeia e que palavrão era canção de protesto (lembrem-se da Leila Diniz). Desconfio que podemos voltar rápido a estes tempos embalados agora pela canção de ninar de que "coleta seletiva" é muito cara, e a de que a liberdade de não olhar pode se travestir no garrote de não deixar ver. Assim age a "direita moderna", manipulando as agruras do bolso e a credulidade da ignorância. E vai continuar agindo assim, e com o beneplácito da imprensa conservadora que temos. Esta, é verdade, não tem calado diante desses troços de Maluf, mas o assunto "prefeitura de São Paulo" tem sido vagarosa ou rapidamente, conforme o caso, deslocado para as páginas internas, com manchetes mais "objetivas".

Mas tudo isso é perfeitamente natural. As coisas são assim. A questão, na verdade, é a de que idéias vamos ter para enfrentar esse rolo compressor. Em 1989 a imprensa e as forças conservadoras montaram um rolo compressor para deter o que viam como a "avalanche petista". E nós, do nosso lado, aprendemos com a lição?

FLÁVIO AGUIAR

Pa lo que sea, Fidel

A multidão adora o carismático Fidel. Mas... e o depois?

O INVERNO QUENTE NA RÚSSIA. O aprofundamento da crise na Rússia parece estar conduzindo à fritura de Yeltsin. O nível de vida da população do país caiu entre 30 e 40% sob seu governo e prevalece uma grande apatia popular para tudo que diz respeito à política. Mas a disputa entre as forças no poder parece estar aproximando-se de um momento de decisão. Não se trata de uma luta de partidos, no sentido tradicional, mas de uma disputa burocrática, travada no interior das estruturas do Estado, entre os diretores de empresas estatais, os chefes de administrações regionais, os vários presidentes e *premiers* da Federação Russa, os presidentes das Repúblicas etc.

A maioria do Parlamento, articulada por seu presidente, Ruslan Khasbulatov, impôs várias derrotas a Yeltsin, que queria obter uma maior margem de manobra no terreno econômico, e em 12 de março revogou o acordo que concedia uma certa primazia ao Executivo na repartição dos poderes de Estado. Está instalado um enorme impasse político, o mais grave desde o golpe de agosto de 1991.

MAIS LIVRE COMÉRCIO. Seis países da América Central - Panamá, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Guatemala e Costa Rica - assinaram em 12 de fevereiro uma "declaração de Caracas", junto com o México, a Colômbia e a Venezuela, constituindo uma zona de livre comércio. Este acordo, caso efetivado, converterá a região num prolongamento do Tratado de Livre Comércio já assinado entre EUA, México e Canadá.

PAÍS MAFIOSO. A máfia italiana é dona de 60% dos imóveis da ilha de Aruba, um protetorado holandês do Caribe. Segundo o jornal italiano *Corriere della Sera*, as famílias Cuntrera e Caruana estão à frente do negócio, que resultou da conexão com o narcotráfico colombiano. Os mafiosos financiaram também a campanha eleitoral do atual primeiro-ministro.

O DIVÓRCIO AVANÇA. Pesquisa realizada na França mostra que o número de casamentos pode ser ultrapassado pelo de divórcios em alguns anos. Em 1962, foram realizados 316 mil casamentos e 30 mil divórcios. Em 1992, 275 mil casamentos e 106 mil divórcios.

Não por acaso dizia-se que as eleições cubanas de 24 de fevereiro tinham tudo a ver com uma telenovela brasileira. Na época, e ainda agora, o grande sucesso na TV é a série "Vale Tudo", de Gilberto Braga, com Beatriz Segall e Antonio Fagundes. E uma das principais palavras de ordem do "voto pela revolução" foi a de "Valen Todos", ou seja, a de que todos os candidatos deveriam ser eleitos, num voto "Sí por Cuba" que referendasse o processo, e o novo passo "dentro da revolução" que, segundo Fidel, consiste em ter uma Assembleia Nacional "fortalecida e com mais autoridade". Já expus a base do processo eleitoral no **Brasil Agora** anterior. Elegeram-se os "delegados de base", ou seja, os conselheiros municipais, em dezembro do ano passado, em eleições concorrenciais, ou seja, onde havia pelo menos dois candidatos por circunscrição e apenas um era eleito, em assembleias convocadas pelas "organizações de massas", de fora do Partido Comunista, ainda que sob sua influência. Estes candidatos eleitos é que apresentavam os candidatos, a seguir referendados por um longo processo de vai-vem entre "comissões de candidaturas" também apontadas pelas "organizações de massas" e as assembleias por elas convocadas.

O VOTO NULO. A resposta da população à demanda plebiscitária do governo foi altamente positiva e, mesmo levando-se em conta a propaganda pelo comparecimento e pelo voto único, bastante espontânea. As rádios de Miami e a TV contrarrevolucionária chamaram em suas transmissões ininterruptas (24 horas por dia) o voto de pro-

testo: nulo, branco, não comparecimento, não votar nos líderes mais conhecidos (como Fidel). O eco destes apelos foi baixíssimo. De 98 a 99% dos 7 milhões e quase 900 mil eleitores registrados (num país de 10,82 milhões de habitantes) compareceram; 92,8% dos votos foram válidos; 3,9% nulos e 3,3% brancos; 88,2% dos votos sufragaram todos os candidatos e 4,6% fizeram uma votação escolhida. Fidel, na circunscrição por que foi eleito, teve 98% dos votos válidos.

O PARTIDO ÚNICO. Critica-se o caráter unipartidário do sistema político cubano, herdeiro tanto da teoria marxista-leninista (de que todos os que têm al-



Acima, Fidel ouve atentamente as perguntas dos correspondentes estrangeiros. Ao lado, a concentração com que se ouve a sua palavra



gum fio de cabelo branco já fomos tributários ou caudatários um dia) como da idéia de um Partido Revolucionário Cubano, dos idos de José Martí. Não sou partidário nem simpatizante deste sistema, e penso que ele de fato provoca problemas para Cuba. Mas não se pode julgá-lo no vazio, sem recurso à história desta revolução e a sua condição de sobrevivência. O amálgama entre Partido, Governo e Forças Armadas produziu um resultado interessante, pelo menos, que foi impossibilitar a criação de Forças Armadas no estilo tradicional latino-americano, que são, elas próprias, uma corporação e um partido. Não vingou aqui o desastre da Bolívia que, na revolução de 1952,

CLINTON SEGUNDO FIDEL

Um jornalista alemão perguntou o que Fidel almejava da Alemanha em relação a Cuba, e como via a responsabilidade de melhorar nas relações exteriores, agora com o governo Clinton. Fidel respondeu que a Alemanha deveria incrementar suas relações com Cuba e com a América Latina, que isso seria bom para todos, inclusive para a Alemanha. "Sobre Clinton", diz, "é uma pergunta difícil. É certo que Clinton parece ser alguém muito diferente de Bush. Parece ser um homem que não se caracteriza por ser belicoso. Parece um homem de paz, parece um homem de ética, a julgar por suas declarações. Mas isso não significa necessariamente mudança na política com relação a Cuba, pois o bloqueio de Cuba é uma questão central na relação entre Cuba e Estados Unidos. Ele e suas regulamentações se construíram durante 30 anos. Parece ser um nó górdio, muito difícil de desfazer. E não creio que nem mesmo para Clinton fosse fácil desfazê-lo, e não me consta que tenha a espada de Alexandre Magno para cortá-lo."



SINDICATO BEM EQUIPADO FALA MAIS ALTO

Agora é fácil falar mais alto... A DISK SOM tem o aparelho ideal para suas necessidades. Nunca a comunicação foi tão simples e teve tanta qualidade.

DISK SOM Comércio e Manutenção Ltda.

Rua Silveira Martins, 12 - Fone (011) 34.7244 - Fax (011) 35.0717 - CEP 01019-000 - SÃO PAULO/SP

**RAPIDEZ,
SEGURANÇA,
ECONOMIA**
TESTADO E APROVADO PELOS NOSSOS CLIENTES:
METALÚRGICOS DE VOLTA REDONDA
METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO
CONDUTORES DE SÃO PAULO
QUÍMICOS DE SÃO PAULO
PLÁSTICOS DE SÃO PAULO
PREVIDENCIÁRIOS DO MATO GROSSO DO SUL
FERROVIÁRIOS DE ESPÍRITO SANTO
RURALS DE XAPURI/AC
AEROVIÁRIOS DE RECIFE
BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL/RS



A lápide que homenageia Guevara, em Havana; e a frente do antigo Quartel de Moncada, hoje Escola 26 de Julho. (Todos os antigos quartéis são hoje escolas)



viu os mineiros derrotarem o exército regular, para depois criar-se espaço para o exército que é recordista em golpes na história mundial.

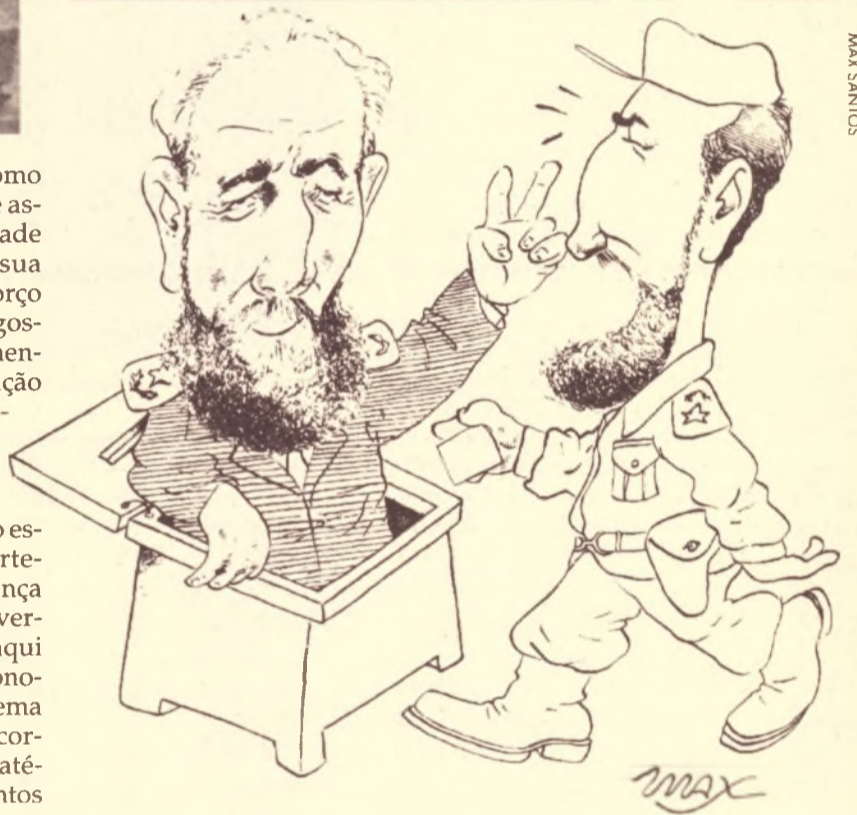
TERCEIRA GERAÇÃO. Nas eleições de 24 de fevereiro o unipartidarismo não impediu uma impressionante renovação na Assembleia Nacional. Apenas 16% dos deputados foram reconduzidos. Perguntei a Fidel as razões desta mudança, e ele foi cauteloso na resposta, dizendo que não houve nenhuma orientação neste sentido, nem planejamento, e acrescentando que houve uma espécie de "renovação natural", com a partida de militantes mais antigos e a chegada de novos. De qualquer forma, desconheço Assembleia renovada de modo tão dramático na história recente, e isto aponta para a possibilidade de uma "revolu-

ção na revolução", dependendo das injunções políticas no interior da própria Assembleia, que elege o Chefe de Estado (que será Fidel), mas que elege também o Conselho de Estado. A renovação aponta também para o fato de que está chegando ao poder ou à sua borda a chamada "terceira geração revolucionária", ou seja, aquela que nem nasceu antes da revolução nem cresceu com ela, mas que nasceu "dentro dela": a geração dos 30 anos. Há um evidente esforço, e liderado claramente pelo próprio Fidel, para que desta geração saia uma pluralidade de líderes capazes de substituir o seu carisma, quando ele se tornar

legenda e não realidade, como hoje. Essa preocupação, que assinala tanto com a diversidade de lideranças como com sua união, aponta para um esforço de impedir uma situação iugoslava: depois do desaparecimento do Marechal Tito, a retalhação do país. Este é um perigo muito maior do que qualquer sombra de invasão norte-americana ou deposição do governo por uma população esfaimada pelo bloqueio norte-americano. Há uma confiança média em Cuba de que o governo pode até ser ineficiente aqui e ali, ou em matéria de economia, mas de que não há sistema de atravessamento ou de corrupção. O sucesso desta estratégia vai depender de dois pontos de solução não tão simples: uma definitiva ampliação da autonomia das organizações de massa - centrais de trabalhadores, federações estudantis, de mulheres, de agricultores e outras - e da formulação de uma pluralidade política que, sem negar a revolução, até porque ela hoje já é patrimônio histórico, introduza nela o debate da diversidade de caminho e de organização. Este também é um ponto fraco para as oposições organizadas de fora de Cuba: elas se apresentam como contra-revolucionárias, e isso a população deste país onde escola e saúde funcionam, onde a infância está protegida, assim como a gestante, e onde não há racismo, não admite.

RENOVAÇÃO E REVOLUÇÃO

Perguntei a Fidel na coletiva por que houvera a renovação de 80% dos deputados da Assembleia Nacional. Resposta: "Isto foi o que decidiram as pessoas, na base. Muitos dos delegados de base foram substituídos. Também foi resultado do trabalho das comissões de candidatura. Na base, as pessoas propõem os delegados das circunscrições e os elegem. Quase a metade deles é candidato também nas eleições. São estes delegados que apresentam os candidatos às comissões. A renovação foi o resultado deste processo. Também há candidatos de circunscrição que deixaram de sê-lo (isto é, não se apresentaram - N. da R.). Não se pode dizer que tenha sido algo planejado, ou que houvesse alguma orientação neste sentido. Foi o resultado espontâneo de todo o processo". Mais tarde, à noite, ele completa: "Na Assembleia Nacional agora eleita há muitos políticos jovens, e alguns que, como nós, não são tão velhos (risos gerais). Há jovens na alta direção do Estado, do Partido. Não creio que haja outra revolução que, depois de tantos anos, tenha tantos jovens em cargos de tão alta responsabilidade. É verdade que todos nós éramos quase adolescentes quando começamos a revolução. Quando do assalto ao Quartel de Moncada (1953) eu, que era dos mais velhos, tinha 26 anos. No triunfo da Revolução (1959), tinha 32 anos. Era um escoteiro (mais risos). Sobretudo me dói não ter tido o tempo, a experiência, o conhecimento que hoje têm muitos dos nossos escoteiros. Tínhamos idéias, projetos, planos..."



MAX SANTOS

FIDEL SEGUNDO FIDEL

Uma jornalista norte-americana pergunta se Fidel pretende se reapresentar como candidato dentro de cinco anos. Resposta: "Espero que o povo não exija de mim, dentro de cinco anos, que eu seja apontado como candidato à Assembleia Nacional, embora eu me considere um escravo do dever, da revolução. Espero que em cinco anos as condições sejam diferentes das de hoje. Aceitar essa candidatura agora, em pleno período especial, penso que significa um mérito. Dentro de 5 anos, se não houver mais este período especial, ou mesmo que ele se mantenha, espero que meus compatriotas compreendam que outros podem fazer o que faço, igual ou melhor. Digo isso com toda a sinceridade. O tempo passa. Mesmo os corredores de maratona se cansam. Para nós este caminho foi uma longa corrida. Vivi nestes anos muitas experiências, algumas delas maravilhosas, nesta longa carreira, maior do que aquela, histórica, que custou a vida ao corredor grego que levou a notícia da vitória correndo 42 km. Acho que corri mais do que 42 km nesta maratona revolucionária".

UMA SAÍDA. Fidel está no fiel da balança destes problemas. Não por acaso fez elogios pessoais a Clinton (e não apenas à sua mulher, como foi noticiado aqui) na entrevista coletiva com a imprensa mundial. E não por acaso deixou entreaberta a possibilidade de sua retirada em cinco anos, na mesma entrevista. Há um processo de negociação em curso, apesar do embaixador norte-americano em Genebra ter reiterado a manutenção do bloqueio. Essa negociação se dará, provavelmente nos marcos de uma aproximação maior dos países latino-americanos de Cuba, com vista grossa da parte de Washington; em troca, um

quadro possível seria o de Fidel, dentro de alguns anos, deixar o governo e ficar no partido. A Rússia, em todo caso, já retomou os envios de petróleo a Cuba.

Por enquanto, estas alternativas são especulações. Os meus ouvidos ainda retêm os gritos entusiasmados e alegres da multidão, em frente ao antigo Quartel de Moncada: Pa lo que sea, Fidel! Pa lo que sea, Fidel! Pa lo que sea...

FLÁVIO AGUIAR

(Acompanhou as eleições em Cuba)

NO PRÓXIMO NÚMERO: EM CUBA, A VIDA COMO ELA É

ASSINE O BRASIL AGORA E VOE DE GRAÇA PARA CUBA

Fazendo uma assinatura de apoio do **Brasil Agora** em duas vezes, você ajuda a construir uma imprensa crítica e livre, e ainda concorre a uma viagem de uma semana a Cuba, incluindo passagem aérea, traslado de chegada e saída, visto, seguro de viagem e 6 diárias com meia pensão no Hotel Tuxpan, na maravilhosa praia de Varadero.



PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 222.4326

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 310.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral) US\$ 30,00
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 610.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 990.000,00

ESTA PROMOÇÃO É VALIDA PARA ASSINATURAS DE APOIO FEITAS A PARTIR DE 21/01/93. SERÃO FEITOS 2 SORTEIOS. SERÃO SORTEADAS DUAS VIAGENS NO 1º SORTEIO, DIA 31/03/93 NA SEDE DO JORNAL

Vai-vai Brasil

Cidades por onde a Caravana da Cidadania vai passar (lista sujeita a alterações):

- Recife (PE)
- Garanhuns (PE)
- Caetés (PE)
- Canapi (AL)
- Delviro Gouveia (AL)
- Xingó (SE)
- Água Branca (AL)
- Paulo Afonso (BA)
- Glória (BA)
- Jeremoabo (BA)
- Canudos (BA)
- Euclides da Cunha (BA)
- Monte Santo (BA)
- Valente (BA)
- Serrinha (BA)
- Feira de Santana (BA)
- Cachoeira (BA)
- Cruz das Almas (BA)
- Sto. Antônio de Jesus (BA)
- Jaguaquara (BA)
- Jequié (BA)
- Vitória da Conquista (BA)
- Araçuaí (BA)
- Itinga (MG)
- Teófilo Otoni (MG)
- Jequitinhonha (MG)
- Gov. Valadares (MG)
- Caratinga (MG)
- Realeza (MG)
- Manhuaçu (MG)
- Muriáe (MG)
- Leopoldina (MG)
- Além Paraíba (MG)
- Sapuçaia (RJ)
- Caxias (RJ)
- Volta Redonda (RJ)
- Barra Mansa (RJ)
- Outras cidades da Via Dutra (RJ e SP)
- Cidades do ABC e Via Anchieta (SP)
- Santos (SP)
- Vicente de Carvalho (SP)

Teve gente que chamou de "Os Sertões 2- A Missão". Outros lembraram de *Pé na Estrada*, de Jack Kerouack. A verdade é que fomos convidados - não exatamente pelo "Arnesto" - pra uma tarefa de título pomposo: integrar o escalão precursor da Caravana da Cidadania. Só que não era ali no Brás. Partida marcada - 9 de fevereiro -, carro alugado no Recife, lá fomos nós - eu, Rogério Sotilli, assessor da Secretaria Agrária do PT Nacional. Luiz Fernandes, Rubens Maritaca e Vair Azevedo, da equipe do Governo Paralelo, partiram antes - *de carro* - e nos encontraram em Pernambuco. O objetivo: cumprir o percurso da caravana, fazendo levantamento de infra-estrutura, articulações políticas e divulgação do projeto. Namir Bueno, assessor da Secretaria Nacional de Organização do PT, substituiu Rogério a partir de Cachoeira, no Recôncavo Baiano.

De um lado, três paulistas, dois gaúchos e uma baiana - de Salvador. Do outro, o Agreste de Pernambuco, o Sertão das Alagoas e da Bahia, os vales do Jequiricá, Jequitinhonha, Mucuri, Paraíba, o Médio São Francisco, a Zona da Mata Mineira - não necessariamente nessa ordem.

A LARGADA. Às 7h12 do dia 10, pé na estrada. Roteiro: *Garanhuns, Caetés* - antigo distrito onde nasceu Lula, hoje município -, *Água Branca* (AL), prefeitura petista, e - brrrr - *Canapi*. A terra dos Malta sequer tem padre ou um sindicato de trabalhadores rurais, ainda que pelego, que nos servissem de contato.

Dizem que sertanejo fala pouco, mas ouvimos muitas histórias. A de Delmiro Gouveia, que queria industrializar o Sertão das Alagoas e morreu de tiro. Ou o "rapa" que o ex-prefeito promoveu em *Água Branca*, levando até os pneus dos carros da prefeitura, antes da posse do petista Luiz Xavier. Em *Paulo Afonso*, uma praia do rio São Francisco pareceu uma cruel provocação. Importante saber que há um projeto de irrigação em Glória, aolado de Paulo Afonso, com potencial para gerar 70 mil empregos diretos e indiretos.

LULALÁ. Tarde do segundo dia, caminho pra Jeremoabo. E mais histórias: Lampião nunca teve coragem de entrar em *Jeremoabo* - quartel general das volantes que o caçavam na caatinga -, mas rabiscou a carvão um desafio na parede da capelinha do alto da Serra do Cavaleiro, de onde se vê toda a cidade. Em *Canudos*, dificuldade de contato, conversamos com o padre. A estrada para *Euclides da Cunha*. Tem gente que pretende saber quantas estrelas tem no céu sem ter andado por lá. Em *Monte Santo*, a feira - carne de bode, panela de barro, caneca de alumínio, pasta 007, tem de tudo. E o povo todo na rua, de "domingueira". Chapéu, calça e paletó para os homens, só que de couro.

DESISTENTE. Tem *Valente* e *Monte Santo*, trabalhos organizados, companheiros atuantes. Em *Serrinha* também era dia de feira. Em *Feira de Santana*, desespero: nenhum telefone atendia. E adeus, Sertão, vamos para *Cachoeira*, a terra de Maria Quitéria, o "Soldado Medeiros" da Guerra de Independência da Bahia. Maria Quitéria que cortou os cabelos, amarrou uma faixa no busto e se alistou. Depois de condecorada por bravura é que descobriram que era mulher. Em 1823. Chegamos a *Salvador*. Só 24 horas: tempo de comer feijão de leite, ensopado de caranguejo e vatapá na casa de *mainha*.

Jornalista do "Escalão Precursor" que preparou a viagem do Lula pelo interior do Brasil descreve com exclusividade um país que o Sul-Maravilha não conhece



Caravana chamará a atenção para problemas da fome e da miséria

Daí para *Santo Antonio de Jesus, Cruz das Almas*. Em *Jaguaquara*, outra paisagem: prefeitura petista no Vale do Jequiricá, região de hortifrutigranjeiros. Que calor em *Jequié*, onde não localizamos ninguém e os guardadores de carro queriam cobrar Cr\$ 300 mil por "uma lavadinha". *Poções* e, finalmente, *Vitória da Conquista*: demos entrevista até na TV, um luxo. O PT em fase de decolagem, boa promessa para a caravana.

Em Minas, no meio do caminho tem uma pedra. Chegamos a *Pedra Azul* (MG) puxados por um caminhão.

CARNAVAL. Manhã de sexta-feira de Carnaval, hora de tomar uma decisão. Sem um dos carros, o jeito foi tocar para *Teófilo Otoni*, com melhores condições de hospedagem. Eu e Namir em busca de alguma diversão, mas só vimos aglomeração de gente nos cultos evangélicos. Daniela Mercuri, Olodum e Ilê Aiyê, só na TV.

No dia seguinte *Araçuaí*: Vale do Jequitinhonha, pessoal! Tão bonito. *Itinga* no sábado: um acampamento de garimpeiros no caminho, no distrito de Taquaral - miséria que nem no Sertão a gente viu -, depois a balsa e Solano, o prefeito petista. Padaria, horta, roça, forno de cerâmica. Tudo comunitário. Alternativa para os que vão todos os anos cortar cana em São Paulo. Cinco mil homens, meninos de 11 anos, até.

E a noite já em *Jequitinhonha*. Sábado, festa na boate do hotel. Pensei que hotel fosse lugar de dormir. Latifúndio, pecuária em decadência, fazendeiros vendem uma vaca toda sexta para pagar a feira do sábado.

MONTANHA ABAIXO. Em *Governador Valadares* encontramos uma ocupação: os sem teto - 75 mil numa população de 240 mil - tomaram a Câmara Municipal. No dia seguinte tinha polícia retaliando, derrubando os barracos num terreno invadido. Seguimos para *Caratinga*. O "melhor

hotel da cidade" é um estouro: ocupamos os quartos "Nova Iorque", "Cabo Frio" e "Genebra" - deviam estar se referindo à periferia dessas cidades quando batizaram os bichinhos. Tem favela em Genebra?.

PERTO DE CASA. E toca pra *Muriáe*, já sabendo que a direção do PT decidiu interromper nossa viagem na última cidade de Minas: o roteiro do Rio vai ser mudado e o de São Paulo pode ser feito com calma, por gente menos extenuada. Namir chegou meia-noite com um Santana reluzente.

Última cidade, *Além Paraíba*. Há cem anos era a segunda cidade de Minas. Hoje não tem perspectiva, os jovens vão embora trabalhar em outro lugar. Ficam as casas do tempo do café, as fazendas, os trilhos dos ramais desativados que, antes de 64, eram cuidados por ferroviários organizados e combativos.

CORNETEIRO LOPES. Sobrevivemos. Chegamos dia sete de março, quatro horas da tarde. Trocamos de carro quatro vezes, dormimos com baratas, comemos coisas estranhíssimas, morremos de dor nas costas, sentimos saudades diversas, brigamos, fomos tentados a desistir, levamos bronca por DDD, ficamos doentes. E também rimos, vimos tantas coisas, conhecemos gente que vale a pena, descobrimos um PT e um Brasil. Ficamos amigos.

O Escalão Precursor da Caravana da Cidadania - nós também com maiúscula, por que não? - dedica sua odisséia ao Corneteiro Lopes, herói da Independência da Bahia que tocou "avançar e degolar" por engano, no lugar de "retirada", e fez os baianos ganharem a Batalha de Pirajá.

CÍNTIA CAMPOS

OLHAR NA CARA DO POVO

Três mil quilômetros, 25 dias, dezenas de municípios: a maratona chama-se "Caravana da Cidadania" e foi a forma pensada por Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT, para divulgar a Política Nacional de Segurança Alimentar, projeto de combate à fome elaborado pelo Governo Paralelo. A caminhada começa dia 25 de abril em Caetés (PE), de onde o menino Lula saiu aos seis anos de idade, a bordo de um pau-de-arara, tocado pela fome e pela seca. Do agreste pernambucano, dois ônibus, carros de apoio e um caminhão de som e vídeo atravessam seis estados - Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo - rumo ao sul maravilha, carregando, além de Lula, lideranças políticas, sindicais e religiosas, artistas e jornalistas.

"O que nós queremos é olhar na cara do Brasil", explica o presidente do PT, para quem a Caravana da Cidadania será um momento tanto de ouvir quanto de falar. "Muitas vezes a solução para a miséria e a falta de perspectiva dessas regiões está lá mesmo, as pessoas só precisam de um empurrão para descobrirem." O plano de combate à fome é o mote para debates, visitas a comunidades, palestras, encontros com lideranças locais. Para encarar a marcha não precisa ser petista: o objetivo da caravana é ser plural, suprapartidária e envolver os diversos setores da sociedade civil.

O "efeito" da caravana não deverá se restringir às regiões visitadas, nem a intenção é só de denúncia. A idéia é sensibilizar a opinião pública de todo o país para o debate dos problemas - seca, fome, migração, falta de perspectiva nas pequenas cidades - e das soluções. Aí entra a Política Nacional de Segurança Alimentar, coordenada por Lula e José Gomes da Silva. Antes mesmo da largada, o projeto já dá frutos, como a comissão montada pelo governo federal para discutir o plano.



BRASIL
AGORA





A FONTE SECOU

*Otávio Dulci faz uma
análise do Estado*

PÁGINA 2



O funcionalismo público estadual inicia mais uma mobilização contra o descaso do governo Hélio Garcia com os serviços públicos do estado e por melhores condições de trabalho.

É uma luta de interesse de toda a população, é uma luta por uma melhor qualidade de vida.

O sucateamento dos serviços públicos é uma faceta da política do governo estadual. A outra faceta é um tratamento benevolente para os grandes empresários, revelada claramente no episódio da "doação" de recursos para a Mendes Júnior (ver página 4).

O governo Hélio Garcia expressa uma nova fase no relacionamento entre os grandes empresários e os recursos públicos. Como mostra o cientista político Otávio Dulci (página 2), antes o Estado contribuiu para a estruturação de vários grupos privados. Mas agora, com a crise, os grupos empresariais querem controlar empresas públicas, através da privatização.

São essas novas relações que balizam a política do governador Hélio Garcia e explicam o simultâneo descaso com os serviços públicos e a benevolência com o setor empresarial.

O recente episódio das demissões do Credireal é também lamentável: ao invés de investigar a corrupção denunciada pelo Sindicato dos Bancários, o governo estadual demite mais de mil funcionários.

Estes acontecimentos demonstram a importância de uma firme política oposicionista no plano estadual, essencial para criar consciência na população sobre a necessidade de uma alternativa também para Minas Gerais. Alternativa que as administrações democráticas e populares de nosso estado demonstram ser possível (página 3).

A mudança de papel do Estado

O Estado investiu durante 40 anos, subsidiou o capital privado fortalecendo os grandes grupos econômicos e chegou à falência. Está no osso.

Há mais de dez anos fazendo parte de um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Minas, que estuda o setor empresarial, o sociólogo Otávio Dulci fala, nesta entrevista, da mudança do projeto burguês do Estado e da participação direta que este setor passou a ter na política. Dulci explica também o que está por trás da falência do Estado e fala ainda da intenção do empresariado em pegar o que resta com as privatizações. Para ele, a afirmação de que o Estado é um péssimo gerente não é verdadeira porque o modelo estatal durou 40 anos e funcionou muito bem neste período. Enquanto ele funcionou não houve nenhum protesto liberal. Segundo o sociólogo, é a partir dos anos 80 que começa a crítica ao Estado. O Estado já teve um papel extremamente positivo no Brasil e hoje é ao contrário. Dulci pondera que o Estado é um péssimo administrador para a saúde e a educação, mas é excelente para a mineração e o petróleo, e critica a parte dos empresários que, hoje, investe neste novo pensamento, tentando tirar proveito dos investimentos feitos pelo Estado, no lugar de pensá-lo no sentido público, dando uma espécie de retorno.

O Estado ficou em um papel regulador, meio residual, sem força. O que explica um pouco o governo Itamar, que fica tentando dar ordens aqui e ali, mas sem nenhum poder e força para isso.

O empresariado, apoiado na teoria neoliberal, defende, hoje, o Estado Mínimo. São frequentes as críticas deste setor ao Estado, principalmente afirmando que ele é um mau administrador. Não há uma contradição nisso, já que sua pesquisa constata a participação política deste setor ocupando o primeiro escalão do governo de Minas, a partir da década de 40, e portanto definindo as políticas?

Isto tem que ser situado historicamente. Inegavelmente o desenvolvimento econômico de Minas dependeu muito do Estado. Um Estado que foi capaz de planejar, orientar e, inclusive, de financiar empreendimentos. Tinha um projeto de desenvolvimento para a região capaz de envolver diversos setores, batalhar por investimentos e formar equipes competentes. Socialmente teve custos elevados, como o desemprego, o êxodo rural, a poluição etc. Por outro lado, foi um suces-



Otávio Dulci:
"O Estado está no osso".

so. O perfil da economia mudou completamente, passando do agrícola para o industrial, do rural para o urbano. O projeto foi iniciado com a criação da Cidade Industrial e o esgotamento do modelo ocorreu em 1980. O último empreendimento importante foi a Açominas, em 1972. O modelo durou 40 anos e funcionou. Enquanto ele funcionou não houve nenhum protesto liberal. É a partir dos anos 80 que presenciamos esta controvérsia ideológica - a crítica ao Estado. Ela é um fato internacional, faz parte dos grandes debates políticos do mundo.

Há então uma mudança do projeto burguês?

Dado o esgotamento daquele modelo mais estadista, neste vácuo de projetos, há uma inclinação muito forte para o liberalismo. Uma volta da ortodoxia liberal, que se caracteriza principalmente por uma economia privada, pelo não planejamento, o livre mercado e pelo primado do individualismo sobre o social. Um exemplo dessa ideologia são os chamados *yuppies*, os jovens executivos modernos. No liberalismo clássico cada um deveria cuidar de si, e do embolismo de cada um surgiria o bem geral. O social, então, seria o resultado

desse jogo. O grande furo dessa filosofia é o que fazer com a pobreza. Nos anos 30 o liberalismo, que já estava balançando desde a Primeira Guerra Mundial, ficou mais comprometido ainda com a Crise de 29 do capitalismo. E todas as soluções propostas, que foram promovidas daquela época para cá, foram antiliberais. Uma

O Estado, que é um péssimo organizador para a educação e saúde, é excelente para a mineração e o petróleo.

foi o fascismo (estatista, organicista e autoritário) e a outra o comunismo, que durou até o final de 1980 e procurou dar uma resposta à questão da pobreza. Duas outras soluções mais moderadas foram propostas dentro do capitalismo, a social-democracia e uma espécie de capitalismo regulado, como é o caso do Brasil. Esse sistema buscou evitar o livre mercado, mas acabou gerando o oposto, um corporativismo empresarial. Um autor diz que na relação da burguesia com o Estado você tem duas coisas: da parte da burguesia uma tendência a privatizar pedaços do Estado (os fazendeiros do Ministério da Agricultura, os banqueiros do Banco do Brasil); do ponto de vista do Estado uma tendência oposta em estatizar a sociedade (relações sindicais). As políticas deixam de ser públicas.

A situação de falência do Estado, então, tem a ver com a sua privatização e loteamento?

O quadro atual tem a ver com a privatização ocorrida neste período. Os recursos públicos foram privatizados. Não que eles tenham sido roubados, mas sim

destinados à promoção de um capitalismo forte privado. O Estado enfraqueceu e passou o poder para os grandes grupos, através de subsídios e projetos orientados para certos setores. Com isso, ele foi se endividando e ficou no osso. Há além disso a própria crise internacional, a recessão.

É dessa crise que surge o projeto liberal?

Mesmo os críticos liberais mais duros valorizam o que foi feito no passado. O que eles dizem é que de agora em diante o Estado deve sair. Ele já fez a base e por outro lado ele está no osso. Não tem dinheiro. Não pode mais desempenhar o papel de provedor, organizador. O Estado ficou em um papel regulador, meio residual, sem força. O que explica um pouco o governo Itamar, que fica tentando dar ordens aqui e ali, mas sem nenhum poder e força para isso. Os liberais sugerem que o Estado venda parte do seu patrimônio. Só que o Estado chegou a este ponto para permitir que certos grupos econômicos ficassem fortes. É claro que do ponto de vista destes setores tudo que aconteceu foi muito natural. A função do Estado é a de subsidiar o capital privado, abrir caminhos, correr o risco. Agora, ao invés de se tentar pensar o Estado no sentido público, dando uma espécie de retorno, eles querem pegar o que ainda sobra, através das privatizações.

O projeto liberal que está em curso é o de que o Estado não tenha nenhum tipo de empreendimento econômico produtivo, mas que continue mantendo os serviços sociais. O neoliberalismo não é uma volta integral ao liberalismo clássico. Ele tenta preservar uma certa parte social, resolver o mínimo da pobreza com cestas básicas, hospitais de pobres etc.

Mesmo que o Estado tenha cumprido um papel econômico importante no passado, há um certo senso comum de que ele é um mau gerente...

O senso comum atual é o contrário do anterior, em que o Estado tinha um papel extremamente positivo no Brasil. Ele se revelou um ótimo administrador em alguns pontos e fraco em outros. Assim como você tem empresários fortes e fracos. A causa do sucesso e do fracasso do Estado tem que ser analisada mais a fundo. O Estado, que é um péssimo organizador para a educação e saúde, é excelente para a mineração e o petróleo. Para se pensar neste desempenho tão desigual, temos que entender o Estado como um conjunto muito heterogêneo de partes, cada uma com características próprias, algumas muito autônomas, conduzidas mais tecnicamente, outras muito politizadas, presas ao

clientelismo político. Temos uma Cocipa, que tem grandes dificuldades, e uma Usiminas de alto nível. O Banco do Brasil é muito melhor que a Caixa Econômica, que pegou todo o rabo do BNH, e cheio de empréstimos favorecidos.

Há uma mudança não só do projeto econômico da burguesia, mas também na sua participação política. Hoje temos um Walfrido dos Mares Guia, empresário do setor educacional, ocupando a Secretaria de Estado da Educação e um Albano Franco, presidente da Confederação das Indústrias, no Senado. Como você analisa isso?

Este é um pensamento novo que surge com a crise, principalmente na década de 80. Anteriormente eles tinham os seus representantes, que muitas vezes eram fiéis. O Collor foi um que o empresariado achou infiel em relação à expectativa que foi colo-

Eles sempre tiveram os políticos que os representavam, mas agora é uma questão de classe.

cada. Eles sempre tiveram os políticos que os representavam, mas agora é uma questão de classe. Caiado na área dos fazendeiros, Albano na industrial. A luta às vezes se transfere para dentro do Congresso, o que é bastante legítimo. Saiu um pouco do corporativismo, onde era tudo secreto. Até então, eles não eram organizados enquanto classe. Eles tinham o controle dos políticos da região. A UDR (União Democrática Ruralista) nasceu em resposta à organização dos trabalhadores, ao Movimento dos Sem Terra. Eles mesmos dizem que tiveram que se organizar enquanto classe, que surge como "classe para si", como dizia Marx. Os trabalhadores também têm os seus representantes no Congresso. Todo esse processo de organização de classe é muito positivo para a democracia. Quero frisar que é mais evoluído que o sistema antigo de relações políticas privadas, fora da vista do público. Cada vez mais os conflitos de interesse estão se tornando públicos e sendo resolvidos na esfera pública.



RÔMULO GARCIAS

AGORA Minas

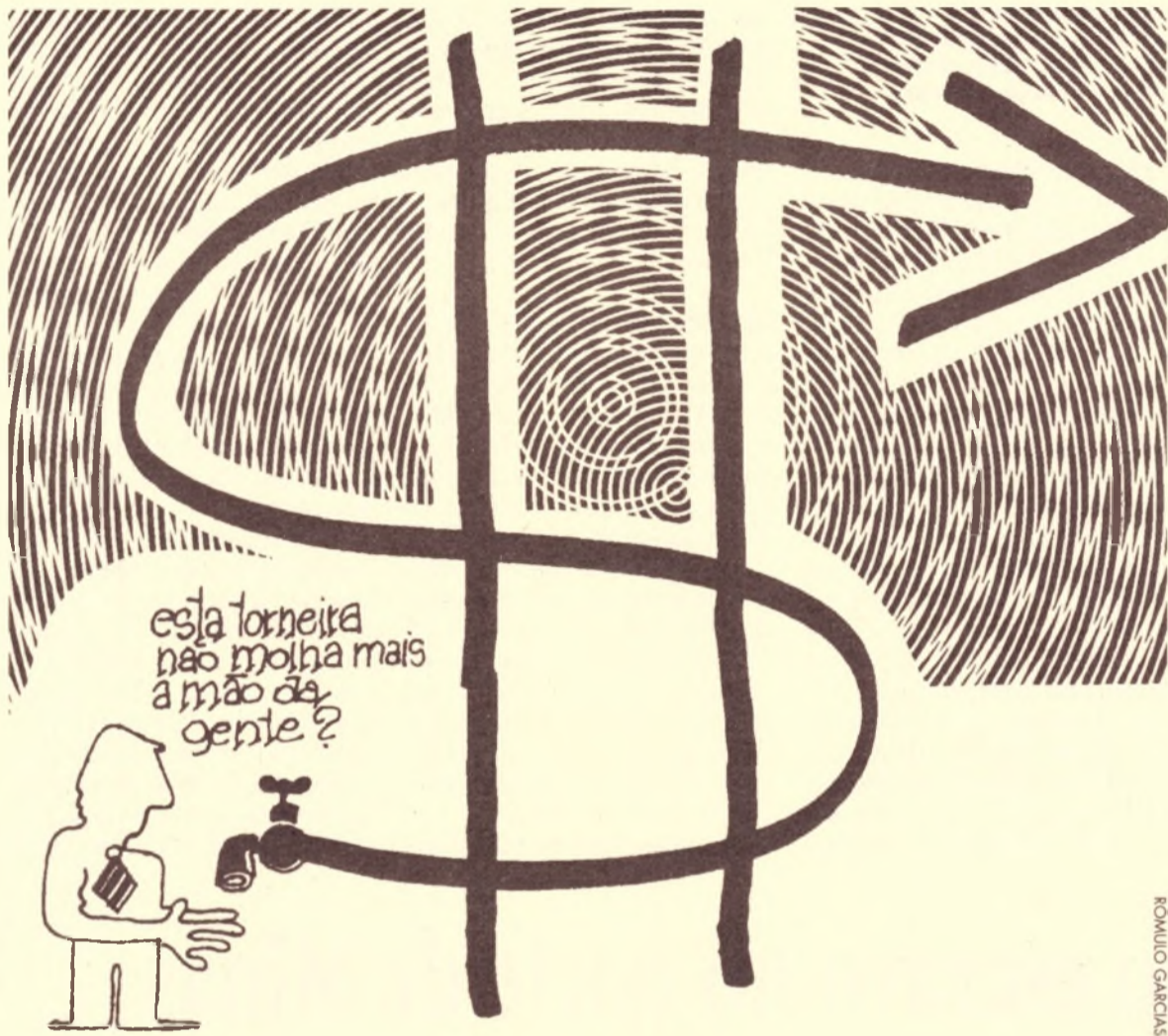
BRASIL AGORA MINAS É UMA PUBLICAÇÃO EM CARÁTER EXPERIMENTAL DA SUCURSAL MINEIRA DO BRASIL AGORA. **RESPONSÁVEL:** EDUARDO ALBUQUERQUE. **JORNALISMO:** HELENA COSTA E MARILÍ DE SOUSA. **ARTE:** RÔMULO GARCIAS. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** FABIANO CIAMBRA. **ENDEREÇO:** RUA TUPINAMBÁS, 159 - 2º ANDAR - CEP: 30.120.070 **TELEFONE:** (031) 222-3811 **FAX:** (031)224-7845

O dinheiro no lugar certo

Prefeitos de quatro prefeituras mineiras atestam que para inverter prioridades basta, simplesmente, investir certo.

A inversão de prioridades, segundo um dos papas no assunto dentro do Partido dos Trabalhadores, o secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Jorge Bittar, é a mudança de procedimentos, não apenas administrativa, mas política e cultural. Inverter prioridades, para Bittar, significa se contrapor a uma imagem de administração elitista, transformando os valores que norteiam o julgamento de uma administração feito pela população.

O prefeito da pequena Buenópolis, uma cidade do centro oeste mineiro, José Alves, 48 anos, dá o exemplo mais realista sobre esta mudança de procedimentos. Popularmente conhecido como Zé do Ford, o prefeito precisava de uma ambulância para levar doentes até a cidade mais próxima, localizada a 70 quilômetros, porque em Buenópolis não tem hospital e não dá para carregar doentes em carros pequenos, com estradas ruins. Como não tinha dinheiro, Zé do Ford vendeu um carro da



cil colocar tudo em ordem. Ele assumiu a prefeitura com um endividamento, a curto prazo, de US\$ 110 milhões e revela que isto dificulta muito o deslanche da administração.

"Estamos tirando leite de pedra. Foi preciso recuperar o salário do funcionalismo municipal. Isto era prioritário. Só o setor de educação consome, hoje, 55% da folha de pagamento da prefeitura. Estamos ampliando em 10% o número de vagas, o que significa 10 mil novas vagas. Muitas destas vagas foram abertas sem construir escolas, apenas contratando professores. Foram contratados 700 novos professores", revela.

ORDENAR A CIDADE. Educação é prioridade também para a prefeitura do Cambuí, no sul de Minas. O secretário de Governo, Everardo Lopes, diz que o número de crianças na escola foi ampliado de 92 para 609 alunos, nestes dois primeiros meses de governo. A prefeitura colocou kombis e ônibus para transportar as crianças da

ROMULO GARCIA



Maurício Borges diz que inverter prioridades é aplicar dinheiro no lugar certo

prefeitura e comprou uma ambulância.

"A ambulância era prioridade. Recorria ao governo do estado atrás de recursos, de uma ajuda qualquer. Não consegui nada. Resolvi o problema da forma como foi possível. Não posso construir um hospital na cidade da noite para o dia. Inverter prioridades é isto: eu não precisava do carro e a população precisava da ambulância", simplifica o prefeito que administra uma cidade pobre, com muitos problemas e poucos recursos.

DINHEIRO NO LUGAR ERRADO. Em Belo Horizonte, o secretário de Planejamento do município, Maurício Borges Lemos, diz que inverter prioridades é atender melhor a um número maior e mais necessitado de pessoas, gastando menos. Como isso é possível? "Definindo, junto com a população, o que realmente tem primazia. O que

é mais importante? Construir uma trincheira na avenida do Contorno ou asfaltar alguns quilômetros na periferia, penalizada com ruas esburacadas e sem saneamento básico?", exemplifica Borges.

O secretário enumera algumas obras realizadas pela administração anterior e que não são realmente prioritárias. "Várias obras de canalização foram iniciadas enquanto a Via Expressa cai aos pedaços, com problema de afundamento do solo que precisa ser olhado com emergência", alerta ele. Foram encomendadas 15 escolas pré-moldadas, na administração passada, a um custo altíssimo, segundo Borges. "Apenas três delas foram concluídas. Estas escolas foram encomendadas a preços pelo menos duas ve-

zes e meia mais caros que as escolas feitas pela Sudacap. Não fazer mais isto é inverter prioridades", afirma.

Atacar a área social é a proposta número um da administração petista em Belo Horizonte. Enquanto os ex-administradores investiram em obras, o PT acredita que inverter prioridades é gastar com saúde, educação, transporte e investir em projetos de emergência, como a questão dos meninos e meninas de rua, das crianças carentes, levantar as áreas de risco da cidade e interferir na disposição rodoviária.

No lugar de construir um hospital para resolver o problema da falta de atendimento, em certos casos é mais barato e eficaz, por exemplo, aumentar o salário dos servidores da Saú-

de e equipar um hospital já existente, mas ocioso. Nos transportes, a prefeitura estuda projetos capazes de melhorar os veículos de massa, como o metrô de superfície, para que passem a atender melhor a periferia. Estas ponderações do secretário de Planejamento da capital mineira são, segundo ele, a prática da inversão de prioridades.

Mas para tudo isto são necessários recursos. A inversão passa, também, pelo recolhimento de impostos. É preciso fazer pagar mais quem tem mais, amenizar a taxaação em cima da classe média e isentar os pobres. E, ainda, eliminar os sonegadores com a revisão fiscal. Maurício Borges diz que encontrou a casa muito desarumada e que está sendo difí-



Zé do Ford, prefeito de Buenópolis, vendeu um carro e comprou uma ambulância

zona rural para as escolas, melhorou os salários e contratou novos profissionais. "Estamos ainda com um projeto, que vai ser implantado a partir de abril, de dar uniformes para todas as crianças das escolas municipais", empolga-se o secretário.

"Inverter prioridades é promover o ordenamento da cidade. O desenvolvimento econômico tem de ser casado com o bem-estar social", afirma Everardo. Mas ele acredita que fazer inversões radicais, como acabar com o analfabetismo, leva tempo. "Quem prometer que fará isto em um ano estará mentindo. Não temos recursos para tanto." Um Everardo convicto diz que a inversão de prioridades é exatamente colocar o dinheiro existente, ainda que pouco, em seu devido lugar. "A grande inversão de prioridades é não roubar e aplicar bem os recursos, sem desvios", ataca ele.

NOVA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

A pesar da falta de dinheiro, queixa de todos os administradores, Solano de Barros, prefeito de Itinga, no vale do Jequitinhonha, diz que está conseguindo fazer alguma coisa e que tudo que tem conseguido é, na prática, graças à inversão de prioridades. Depois de uma longa conversa com os moradores, iniciada junto com a administração, Solano de Barros conseguiu enumerar as prioridades consideradas mais importantes: saúde, transportes, educação e estradas. Nestes dois primeiros meses

de governo, o prefeito fez um levantamento sobre a situação das estradas no município e concluiu que estão em péssimo estado. "Temos 700 quilômetros de estradas na cidade, todas são vias de acesso importantes, principalmente para a zona rural", justifica Solano.

Também estão nos planos do prefeito abrir frentes de trabalho na agricultura, principal fonte de trabalho local, para absorver a mão-de-obra desempregada. "Não temos indústrias, a principal economia da cidade é a agropecuária de subsistência. Precisamos in-

vestir no campo, criar pólos agrícolas, pequenas fábricas de farinha, rapadura e investir na fruticultura", anima-se.

Esta nova concepção de desenvolvimento é, segundo Jorge Bittar, no seu livro O modo petista de governar, a tradução da inversão de prioridades. Ele explica que a realocação dos fundos públicos se apoia numa proposta de organização socialista do território, de desconcentração urbana e isonomia social da cidade, que articula a reforma urbana à reforma agrária.



SEIS MINUTOS
DE JOGO

Metáforas das metáforas. Este poderia ser o outro nome deste glorioso esporte bretão, o futebol. Platéia, ginga e malícia, pressentimentos e jogadas minuciosamente estudadas por bons craques. Tudo isto misturado na busca do objetivo final: boas vitórias.

Uma cena das mais contagiantes neste esporte é a entrada em campo dos times. Nesta hora, alguns jogadores fazem o sinal da cruz, outros beijam a camisa e todos, com certeza, se emocionam. Estes primeiros minutos devem ser de uma agonia secular. O olhar da platéia pesa nos ombros dos jogadores. Tanto que lhes torce a espinha, equilibrada nas pernas bambas. Aplausos e algumas lágrimas emocionadas de um torcedor mais sensível, vendo a sua equipe disputar a primeira divisão.

Começado o jogo é preciso abstrair-se um pouco da platéia. Abstrair-se para aliviar um pouco a responsabilidade cobrada por ela. Abstrair-se dela sem esquecê-la em nenhum momento. Todo bom jogador, afinal, sabe que os lances, dribles e os gols têm um único objetivo: fazer esta platéia mais feliz. Pode-se cometer algumas faltas, é permitido. Várias não. É preciso atuar em todas as pontas, em todos os cantos do campo. Um time é cada jogador. Vinte e duas pernas, tateando a grama, neste sambódromo verde de magia e emoção.

A partida aproxima-se dos seis minutos. Neste tempo, o que pode fazer um time? A platéia ainda paciente, não cobra muito. O olhar dela continua atento aos lances. Sonha um gol, mas se delicia com uma bela jogada. Alimenta a esperança do seu time, que ela deseja campeão.

No meio deste coro torcedor já se ouvimos "radicais da fiel". Seus gritos não contagiam a grande maioria da torcida. Reivindicam ofensivas, estratégias e planos. É democrático o seu direito à voz. Estes imediatistas de plantão (espera a outra parte da platéia) serão calados pela habilidade do grande time que, mesmo tropeçando, caminha firme para o gol.

Aproximam-se os cem dias. Nestes quatro anos que virão, eles são como os seis primeiros minutos de uma partida de futebol. A equipe ainda guarda o fôlego? Esconde o jogo taticamente? A companheira torcida que o acompanhou desde quando jogava na várzea guarda no peito um desejo, um grito: vai PATRUS, faz muitos gols pra gente ver.

RÔMULO GARCIAS
Cartunista e programador visual

Uma cobrança improcedente

Os deputados governistas apoiaram a doação de dinheiro público para a empreiteira, mas a bancada do PT barrou a festa.



Deputado Carlão: o Hélio diz que está falido mas queria doar dinheiro para a Mendes Júnior.

des Júnior. O juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, Belizário Antônio de Lacerda, julgou improcedente, no dia 16 de fevereiro último, a Ação Ordinária de Cobrança impetrada pela empreiteira para receber do estado de Minas Gerais o valor de US\$ 132 milhões.

"Esta decisão do juiz reafirma a posição da bancada do PT, contestada na Assembléia, quando tentamos impedir que o pagamento fosse feito. É uma vitória para a bancada e para os cofres públicos", afirma o deputado Antônio Carlos Pereira (Carlão), líder da bancada petista. O projeto do Executivo foi respaldado na Assembléia, em junho do ano passado, pela maioria governista,

que autorizou Hélio Garcia a fazer o repasse. "Foi uma decisão política coerente com a posição desta maioria que o governador tem na Casa e que aprova tudo que ele manda, mesmo que isto prejudique o estado, como é o caso", critica Carlão.

O ACORDO. A Mendes Júnior cobrava do estado o cumprimento do acordo firmado entre ela e o governo, em 1979, e que previa o aporte de recursos para a implantação da siderúrgica. Ou seja, o estado é acionário da empresa, mas deixou de pagar a parte que lhe cabia, acumulando um déficit calculado pela Mendes Júnior em US\$ 132 milhões. O Governo refez os cálculos e chegou a US\$ 72 milhões. Já segundo as contas dos assessores financeiros da bancada do PT, esta dívida não passaria de US\$ 21 milhões.

O governador Hélio Gar-

cia, apesar de choramingar a falência do estado, sem recursos até mesmo para colocar em dia o salário do funcionalismo público, resolveu repassar o dinheiro para a empresa. O projeto foi para a Assembléia Legislativa, disfarçado no pé de um outro. Os atentos deputados do PT descobriram a dívida do governo para a empreiteira e entraram com uma Ação Popular na Justiça para suspender o pagamento do ajuste. Uma liminar foi concedida no dia 13 de agosto do ano passado.

A decisão do juiz, no julgamento da Ação de Cobrança da Mendes Júnior, em fevereiro, foi fundamentada na mesma alegação utilizada pelo PT na ação impetrada para suspender o acordo. A de que há prevalência do poder público sobre o individual e falta de formalidade para cobrança legal do acordo firmado entre as partes.

A bancada do PT na Assembléia Legislativa do Estado conseguiu um grande feito: o apoio da Justiça para barrar o repasse de quase três trilhões de cruzeiros que o governo do estado faria à Construtora Men-

Trabalho escravo no norte de Minas

Sindicato acusa empresa de manter trabalhadores rurais em regime de "escravidão branca"

A empresa Industrial Malvina S/A, em Bocaiúva, norte de Minas, mantém os seus 1.200 trabalhadores rurais em regime de escravidão branca*. A denúncia é feita pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva, Juarez Teixeira dos Santos. Os trabalhadores não recebem os seus salários há mais de quatro meses e desde 1991 a empresa não recolhe o FGTS e o INSS. Nos últimos meses já demitiu mais de 2 mil trabalhadores sem acertar as dívidas trabalhistas.

A indústria, que pertence ao Grupo Vanguard, produz álcool, aguardente e açúcar em mais de 20 mil hectares, a 50 quilômetros de Bocaiúva, onde mantém um pequeno povoado. Esta área já tem a estrutura de um distrito, com cerca de 860 casas e alojamentos, mas sem saneamento básico. Lá moram os trabalhadores da empresa, que têm o valor do aluguel descontado em seus salários. "A realidade no povoado é parecida com a da Etiópia. Meninas de oito anos cuidam de seus irmãos menores, enquanto os pais estão na lavoura. Já presenciei cachorros e ga-

tos comendo no mesmo prato das crianças", diz Juarez.

A situação no distrito é de total calamidade, já que até a cesta básica, fornecida aos trabalhadores pela empresa e também descontada no salário, foi cortada desde o final de dezembro. Segundo o sindicalista a empresa não aceita negociar e alega que os rurais não têm o que receber, devido aos descontos com aluguel e cesta básica.

No início de março, representantes dos trabalhadores rurais se reuniram com o vice-governador Arlindo Porto, que acumula a Secretaria de Estado do Trabalho, para tentar uma intermediação com a empresa e reivindicar uma ajuda em cestas básicas para as cerca de 5 mil pessoas que moram no povoado.

Segundo Juarez, as irregularidades e desrespeito às leis trabalhistas pela Industrial



A empresa foi procurada, mas nenhum responsável quis se pronunciar sobre o assunto.

FISCALIZAÇÃO NO CAMPO. O delegado regional do Trabalho, Carlos Conzenza, diz desconhecer a existência de escravidão branca na empresa, mas segundo ele a empresa já foi autuada várias vezes por desrespeito às leis trabalhistas, principalmente por manter trabalhadores sem carteira assinada e por falta de pagamentos. Ele tem mantido contato permanente com as lideranças rurais da região e planeja uma visita até Bocaiúva para se informar melhor sobre a situação.

Conzenza adiantou que a DRT está criando uma Comissão Permanente de Fiscalização do Trabalho no Campo para apurar as irregularidades no estado, atendendo a uma reivindicação antiga do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

*DE ACORDO COM A OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - ESCRAVIDÃO BRANCA SE CARACTERIZA PELA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO HUMANO ATRAVÉS DE DESCONTOS DE ALIMENTAÇÃO E MORADIA. NO FINAL DO MÊS O EMPREGADO NÃO TEM O QUE RECEBER E MUITAS VEZES AINDA FICA DEVENDO AO PATRÃO.

Malvina são antigos. Ele lembra que em 1986, durante uma paralisação devida ao atraso de pagamento, houve um confronto direto entre trabalhadores e a polícia, chamada pela empresa. "Em 1991 houve uma denúncia de tráfico de mão-de-obra e em agosto do ano passado dois trabalhadores, um deles menor de idade, foram baleados pelo segurança da empresa, sem que nada fosse apurado", afirma ele.

Assine o Brasil Agora em Minas



Ele agora é dois em um

CARTAS

Grande iniciativa essa de lançar o Brasil Agora Minas. Se dá certo com Veja ou Isto É, por que não com o PT? O melhor de tudo é a possibilidade de regionalização da informação. Oxalá esta iniciativa possa também diminuir a distância entre BH e o restante do Estado. Aliás, não sei como está em outras regiões, mas o intercâmbio entre capital e o Triângulo deixa a desejar. Tanto que, aqui em Uberlândia, contamos com um jornal próprio para veicular as notícias do partido, o "Estrelando", que agora em março entra em sua segunda edição.

TÚLIO DE SOUZA MUNIZ
Jornalista e membro do Conselho Deliberativo do PT de Uberlândia.